



**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberto o oitavo seminário do ciclo de palestras e debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em cumprimento ao requerimento deste Senador para avaliar a cadeia produtiva do leite, a ação dos conselhos estaduais, o preço pago aos produtores e a implementação da Instrução Normativa nº 51.

Em franca expansão, o mercado produtor de leite no Brasil, infelizmente, não está livre das questões polêmicas. Os preços baixos do litro de leite recebidos pelos produtores, em contraste com o alto custo do produto para o consumidor final, por exemplo, levantam questionamentos.

A Assembleia Legislativa de Rondônia abriu, em 2009, uma comissão parlamentar de inquérito, uma CPI, exatamente para investigar as irregularidades do setor.

Temos aqui presente o Deputado Estadual Jesualdo Pires, que vai poder falar dessa experiência para todos nós.

Fica também aqui um agradecimento ao nosso Presidente Walter, que contribuiu para a estada do nosso Deputado Jesualdo Pires nesta nossa Comissão.

Sabemos que, depois de nove meses ouvindo produtores e industriários, a Comissão propôs a criação oficial do Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite do Estado de Rondônia, o Conseleite.

A entidade foi criada visando contribuir na busca de soluções principalmente nas questões de comercialização do produto.

O padrão de qualidade imposto pelo Ministério da Agricultura com a Instrução Normativa nº 51 também é outro ponto polêmico.

Com o final do prazo de adaptação dos produtores chegando cada vez mais perto, podemos discutir aqui se esse prazo é suficiente, se a medida é correta, se sua aplicação pode trazer já resultados positivos para o mercado e, principalmente, para o consumidor brasileiro.

No entanto, esses e outros pontos de atrito não impediram que o mercado de leite no Brasil crescesse a uma taxa de 4,4% ao ano nos últimos anos. Hoje, esse setor emprega cerca de quatro milhões de trabalhadores dos diversos setores da sua cadeia produtiva, representando o setor privado que mais emprega no nosso País.

Cita aqui o exemplo do mercado de leite em Rondônia, que é uma das maiores fontes de renda do Estado. Sua expressividade é destacada com seu crescimento de 1998 a 2007, que foi de mais de 10% ao ano, enquanto a média nacional foi em torno de 4,4% ao ano.

Apesar disso, Rondônia apresentou, em 2007, uma produtividade, ao ano, de 750 litros/animal, sendo esta muito inferior à média nacional, de 1.237 litros de leite por animal ao ano.



Com isso, cabe questionar, nesse debate, quais seriam os caminhos para um real crescimento em uma região de potencial tão grande como é o Estado de Rondônia.

Acredito que esse foro de discussões com os senhores e as senhoras aqui presentes, com a participação popular através do Twitter, do 0800, do Alô Senado, seja o ponto de partida ideal para que possamos conduzir essa indústria leiteira, desde o pequeno produtor familiar até os grandes laticínios, ao caminho correto da excelência na produtividade, na qualidade e na rentabilidade todo o respeito ao meio ambiente e, principalmente, ao consumidor brasileiro.

Peço aos palestrantes que adequem as apresentações de seus pontos de vista ao limite máximo de quinze minutos, para que a gente possa ter um espaço para todos, para que todos possam fazer as suas colocações e as suas explicações.

Convido para fazer parte da Mesa o Dr. João Antônio Fagundes Salomão, Coordenador-Geral para Pecuária e Culturas Permanentes do Mapa; o Dr. Marcius Ribeiro de Freitas, Coordenador-Geral de Inspeção, também do Mapa; o Dr. Gustavo Valone, do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA; Deputado Jesualdo Pires, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, que presidiu a CPI naquele Estado no momento da discussão do leite; o Dr. Gustavo Beduschi, assessor técnico da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios da Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB; Dr. Bruno Barcelos Lucchi, assessor da Superintendência Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.

Sejam todos bem-vindos. Agradeço a todos a presença aqui conosco. Todos atenderam ao nosso convite. É uma honra recebê-los. Espero que nós tenhamos uma tarde muito produtiva para o nosso produtor de leite e, principalmente, para o nosso consumidor.

Ao longo dos últimos meses, tenho andado nos Estados, principalmente no meu Estado de Rondônia, e em todo evento, a todo momento, as pessoas nos questionam porque o nosso produtor de leite recebe tão pouco pela sua produção e, em contrapartida, porque o litro de leite é tão caro nas gôndolas dos mercados, nas mercearias, no varejo. É uma preocupação nossa de muito tempo.

Esse é o principal motivo deste ciclo de debates nesta tarde de sexta-feira, um dia talvez diferente, falando, Deputado Jesualdo, sobre o trabalho nesta Casa, pois não há o costume de se fazer audiências e ciclos de debates nas sextas-feiras à tarde aqui em Brasília, no Senado Federal. Mas nós estamos, junto com a nossa equipe da Comissão de Agricultura, com o apoio da TV Senado, da Rádio Senado, das pessoas da equipe técnica do Senado, promovendo ciclos de debates importantes para a agricultura brasileira.



Entendemos que esse tema é muito importante, não apenas pelo consumo, mas principalmente para os nossos produtores, para os nossos agricultores brasileiros.

No momento em que nós iniciamos um amplo debate também com relação à reforma do Código Florestal aqui no Senado, nós estaremos sempre discutindo o que é importante para a produção agrícola brasileira, hoje em especial a produção de leite no nosso País.

Iniciando, eu gostaria, Deputado, que V. Ex<sup>a</sup> pudesse fazer uma explanação sobre aquilo que aconteceu e o que foi apurado pela CPI no nosso Estado. Nós, aqui, ainda estamos procurando fazer debates para que não precisemos chegar ao ponto de fazer uma CPI. Para nós, é importante saber qual foi o resultado da CPI feita em Rondônia, de que V. Ex<sup>a</sup> foi Presidente, trazendo uma grande experiência para todos nós.

Portanto, passo a palavra ao Deputado Jesualdo Pires, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

**O SR. JESUALDO PIRES** – Muito obrigado.

Quero cumprimentar aqui o ilustre Senador do nosso Estado, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo por esse ciclo de palestras e debates da Comissão de Agricultura, do segmento que considero o mais importante deste País, que é o setor do agronegócio, quero cumprimentar as demais autoridades aqui presentes e cumprimentar as pessoas que estão nos assistindo.

Senador Acir, agradeço o convite em nome da Assembleia Legislativa – hoje, estamos representando a Assembleia, representando meus colegas Deputados – e quero dizer que Rondônia hoje é destaque em termos de produção de leite no País. Nós somos, hoje, o principal produtor de leite da região Norte e somos também hoje o maior produtor de leite por pessoas, ou seja, leite *per capita* do País. Nós produzimos hoje cerca de 480 litros de leite por ano, e a média nacional é 141 litros de leite por habitante. Nós temos uma bacia leiteira que tem produção de mais de dois milhões de litros por dia; temos aproximadamente 60 laticínios instalados no Estado de Rondônia.

Apesar de todo esse progresso da produção, V. Ex<sup>a</sup> foi muito feliz quando falou – e este é um dos resumos da criação da CPI do Leite no Estado de Rondônia – exatamente dessa incoerência entre o que é pago ao produtor de leite e o que é pago pelo consumidor final do produto. Quer dizer, há uma grande diferença entre o que é pago ao produtor e ao consumidor final.

Em Rondônia, nós tivemos, pelo menos a cada dois anos, movimentos paredistas, grevistas dos produtores de leite, inconformados com o valor pífio que os laticínios pagavam ou até que continuam pagando pelos seus produtos. E aí criamos a CPI do Leite, cujo principal objetivo foi exatamente estudar a propriedade rural desde o teto da vaca até o consumidor final, até o produto que é exportado de Rondônia.



E chegamos a alguns aspectos interessantes, Senador. O primeiro deles é que o produtor rural hoje de Rondônia se sente, em primeiro lugar, desamparado pelos órgãos públicos, tanto os Municípios, como os Estados, como a União.

Em relação aos Municípios, a grande demanda, a grande reclamação dos produtores é em relação ao escoamento, às estradas vicinais. As estradas vicinais, normalmente, não são passadas por manutenção apropriada. Em relação ao Estado, falta uma política de aproveitamento desse produto principalmente em relação à questão das merendas escolares. Hoje inexistem uma política pública de aproveitamento do leite. E, por incrível que pareça – eu acredito que isso seja extensivo a todo País –, a merenda hoje não tem o leite como o seu principal alimento. Quer dizer, as crianças hoje não são alimentadas por leite, Senador. Isso também passa a ter uma grande dificuldade. E quando o são, as escolas e os hospitais compram leite em pó às vezes até importado, quando o leite está ali próximo das suas comunidades. Então, inexistem políticas públicas de aproveitamento.

Detectamos também que os laticínios formam – eu não saberia dar o nome exato, eu teria muito cuidado em dizer esse termo –, eles fazem reuniões onde são combinados previamente os preços a serem pagos aos produtores de leite. E esses valores são religiosamente pagos a cada dia 20 pelos mesmos valores, tanto faz um produtor de leite da Nova Mamoré, até um produtor de Vilhena, que passa por Ji-Paraná ou de Jaru, os preços praticamente são os mesmos, Senador. Então, é claro que os produtores não se conformam com esse tipo de comportamento dos laticínios.

Nós tivemos, além dos produtores, nós tivemos contato com os laticínios em geral. Os pequenos e médios laticínios em Rondônia, e praticamente 80% da produção de leite de Rondônia, desses dois milhões de litros que são produzidos todos os dias, 80% deles é destinado à produção do queijo mozzarella. O queijo mozzarella, para os laticínios, é o queijo, vamos dizer assim, de menor valor agregado; é o queijo que tem menor valor em termos comerciais. O menos valorizado no mercado é o queijo mozzarella. Porém, é o queijo com maior facilidade de se fabricar.

Qual é a reclamação dos laticínios, dos pequenos e médios laticínios de Rondônia? É que eles não conseguem, por intermédio do mercado hoje, muito concentrado em grandes atacadistas, em grandes redes de supermercado, eles não conseguem o preço adequado. Quem impõe o preço aos laticínios de Rondônia, na compra de 80% da produção de leite, que é transformado em queijo mozzarella são as grandes redes e os grandes atacadistas. Então, uma rede, por exemplo, de São Paulo chega nos pequenos laticínios e compra dezenas, centenas de toneladas de queijo mozzarella e impõe o preço. E, a partir desse momento em que é imposto o preço do queijo mozzarella – hoje é gasto em torno de 10 litros de leite para se produzir um quilo



de queijo mozzarella –, esse preço é repassado aos produtores. Então, o preço que se forma do queijo mussarela vem de cima para baixo. Então, em função do valor que se impõe de um mercado muito difícil, esse preço é repassado aos produtores de leite. Então, são as grandes dificuldades dos laticínios, dos pequenos e médios, que não têm locais de abastecimento, que não têm redes de interposto, que não têm locais de armazenagem, que não têm capital de giro para armazenar esse queijo. Eles têm que fabricar e vender imediatamente. É a grande reclamação deles.

Reclamam muito da questão da burocracia e dos valores altíssimos exigidos para regularização sanitária, principalmente do SIF, do Sistema de Inspeção Federal. Há uma grande burocracia hoje, segundo os laticínios, que os impedem de poder participar no mercado nacional com mais facilidade. Então, existe hoje uma grande dificuldade de burocracia, de taxas, de dificuldades cada vez maiores para que esses pequenos e médios laticínios possam conseguir o SIF e possam, a partir daí, terem os mercados alargados para vender os seus produtos.

Os comerciantes, por outro lado, também foram ouvidos e reclamam da questão do valor muito pequeno da margem de comercialização, por incrível que parece. Nós chegamos a uma conclusão, vou relatar agora: num litro de leite UHT, esse leite de caixinha, que é vendido no mercado hoje por R\$1,60, R\$1,80, R\$1,50 até R\$2,00, dependendo da localidade brasileira, quem mais ganha não é nem o produtor nem o comerciante. Quem mais ganha é uma empresa multinacional sueca que se chama Tetra Pak. Essa empresa tem o monopólio mundial das embalagens de leite UHT. E essa empresa instala nos laticínios o equipamento dela, sem custo nenhum para o laticínio, com a condição de que a embalagem seja comprada da Tetra Pak. E essa embalagem chega a valores de quase R\$0,40 a unidade. Então, se você pegar o preço que o laticínio paga para o produtor, o preço que o laticínio vende para o supermercado, a margem do supermercado, no caso o leite UHT, nós chegamos à conclusão de que quem ganha realmente é uma multinacional sueca chamada Tetra Pak.

E outra conclusão a que chegamos: esse tipo de leite embalado UHT praticamente inexistente em países desenvolvidos. O americano, o europeu não gosta do leite UHT, porque ele sabe que o leite UHT é muito inferior ao leite pasteurizado. Então, se você chegar nos Estados Unidos, na França, você vai numa gôndola de supermercado, e lá tem o leite *in natura*, o leite pasteurizado. Por quê? Porque o leite UHT é submetido a altas temperaturas, de quase 180 graus, para poder fazer esse processo. Na verdade, não é nem pasteurização. É UHT, que é *ultra right temperature*, quer dizer alta temperatura para se fazer o leite UHT. E, nesse aumento da temperatura, nesse aquecimento muito alto, o leite praticamente perde todas as suas substâncias importantes, nutritivas, que



seriam importantes para o leite. Então, o leite pasteurizado hoje é muito melhor que o leite UHT.

E, no Brasil, praticamente hoje inexistente a possibilidade hoje de o consumidor comprar o leite de saquinho, que custa R\$0,80, R\$0,90. Não, não é proibido. Por conta da comodidade, por conta da facilidade de o consumidor comprar o leite UHT, abastecendo a sua casa, não ter que levar, não ter que consumir no mesmo dia. E principalmente porque, quando essa empresa entrou no Brasil, ela praticamente igualou o preço do UHT com o preço do saquinho, inviabilizando o preço do pasteurizado.

Então, esse é outro problema sério que vocês têm que investigar aqui na Comissão de Agricultura. É uma coisa difícil. Existem embalagens alternativas. A Bolívia, a Colômbia, eu já vi isso, me passaram, existem embalagens alternativas para leite pasteurizado, uma embalagem mais grossa do que essa do saquinho. É um leite que fica até sete dias sem refrigeração. Então, são alternativas que nós vimos também sobre ser possível baratear o custo do leite pasteurizado para a população, principalmente para a população mais carente, e que você teria, claro, condição de ter um leite de melhor qualidade e condição de ter um custo muito menor.

O consumidor, claro, foi consultado também, e a reclamação é a que V. Ex<sup>a</sup> disse no início desta audiência, eles não se conformam com o preço do leite que pagam no supermercado, R\$1,80, sabendo que o produtor de leite em Rondônia recebe 40, 42 centavos no preço *in natura*. Então, essa é a reclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O mesmo preço da embalagem?

**O SR. JESUALDO PIRES** – É praticamente o mesmo preço da embalagem do UHT.

Então, nós tivemos um relatório bastante extenso. Eu trouxe aqui uma cópia do relatório. Nós conseguimos ver toda a cadeia produtiva, desde as dificuldades de sanidade do produtor; as dificuldades da aquisição do tanque resfriador, por conta dessa Portaria 51 do Ministério da Agricultura; as dificuldades de energia, a nossa concessionária de energia em Rondônia, que é federalizada, ela tem tido um papel muito aquém do que precisaria ter na questão da extensão das redes de energia – é uma grande reclamação dos produtores – e também a instabilidade da rede, que muitas vezes faz com que o produtor queime seu equipamento, queime seu tanque resfriador, queime todos os seus equipamentos de que precisam para trabalhar.

E hoje, Senador, o produtor de leite não é mais aquele produtor de leite que a gente conhecia há 20, 30 anos, aquele produtor que tinha cinco, dez vaquinhas, que tirava o leite num tamborzinho, que levava lá e tirava. Não. Hoje, o produtor de leite, em Rondônia, é um empresário rural. Hoje, ele tem ordenhadeira, ele tem tanque resfriador, ele tem silagem para seus animais, ele



melhora a qualidade genética, por isso que hoje nós estamos num processo de aumento de produtividade muito grande no Estado de Rondônia, apesar de todas essas dificuldades. E claro que todas essas dificuldades têm que ser vistas com bastante cuidado para que essa produtividade e essa vontade que esses produtores... São mais de 37 mil propriedades hoje que se dedicam à produção de leite no Estado de Rondônia; praticamente 40% das propriedades que temos em Rondônia se dedicam à produção de leite.

Então, é um breve resumo da nossa CPI, mas, basicamente, a gente chegou a uma conclusão. E uma experiência que foi feita no Estado do Paraná foi a criação do Conseleite, em 2002, o Conseleite-Paraná. Nós conseguimos introduzir isso no Estado de Rondônia, já foi criado no Estado de Rondônia, é um órgão que realmente, no Estado do Paraná, resolveu um desses aspectos, que foi esse atrito constante entre produtor e laticínio, e indústria. Lá no Paraná, também, havia as desconfianças, no Estado do Paraná havia as greves, os produtores paravam de entregar, quer dizer, aquele atrito constante. E no Estado do Paraná, eles conseguiram, pelo Conseleite, acabar com esse problema, que é um dos problemas – são vários os problemas dos laticínios e dos produtores de leite –, foi a criação do Conseleite, que é um órgão paritário, onde metade dos representantes é formada pelos produtores de leite, metade é formada pelas indústrias. E há um órgão independente, que é a Universidade Federal do Paraná, no caso específico do Conseleite do Paraná. A Universidade, que não é ligada nem a produtor de leite nem a laticínio, faz estudos mensais de valores com que os laticínios estão vendendo seus produtos, e, por meio desse *mix* de produtos, eles conseguem tabular o peso de cada produto desses na composição dos seus custos do leite. Por exemplo, um litro de leite UHT tem um peso maior do leite; num iogurte, o peso do leite já é menor, porque o iogurte vai além do leite, tem outros componentes. Então, dependendo do produto, há um peso maior ou menor da participação do leite, e a Universidade Federal do Paraná faz esse estudo com bastante cuidado, é um estudo técnico, e, a cada mês, divulga, para todos os produtores do Paraná, o valor referencial de preço a ser pago ao produtor – não que esse preço seja lei, mas o produtor tem, pelo menos, uma referência de qual seria o valor que ele tem que receber, a cada final de mês, pelo seu laticínio.

Então, esse foi um grande avanço, tanto é que o Paraná passou do sétimo produtor que era, sétimo ou oitavo produtor, em 2002, e hoje já é o quarto produtor do Brasil, graças a esse entendimento que houve entre indústria e produtor de leite, porque um não vive sem o outro. O produtor de leite depende da indústria, a indústria depende do produtor de leite, e se houver um desestímulo do produtor de leite, é claro que os laticínios também sofrerão e não terão a sua matéria prima principal.

Então, Sr. Senador, basicamente seriam esses os aspectos que nós estudamos.



Os produtores de leite são extremamente pulverizados. Eles não têm, hoje, uma organização. Isso é importante também ressaltar. Os produtores de leite, não só em Rondônia, mas em todo o País – alguns Estados já avançaram nesse sentido – têm de ter centrais de coleta de leite. Por quê? Se você pegar uma microbacia de leite, uma região, as linhas, como a gente chama em Rondônia, que são as estradas vicinais, se eles se organizarem em uma cooperativa de coleta de leite, em vez de cada produtor entregar um, entrega 100 litros, outro entrega 200, outro entrega 300 litros. Se eles se organizarem em vários, em dezenas de produtores e conseguirem, por meio de uma central de coleta, coletar 20, 30 mil litros de leite por dia, eles terão poder de barganha maior com as indústrias. Então, é outro aspecto importante. Quer dizer, os produtores precisam se organizar. A gente tem feito esse trabalho de conscientização. Já existem cooperativas, associações de produtores em Rondônia que se organizam, já compram caminhões refrigerados para o transporte desse leite, e esse poder de barganha aumenta muito. Uma coisa é o produtor chegar ao laticínio com 50 litros para vender, outra coisa é o produtor chegar em grupo, com 10, 20, 30 mil litros para entregar para o laticínio.

Então, esses são os aspectos principais. É claro que existem muitos outros pontos, mas a gente pode ir debatendo no decorrer dessa audiência. Mas, basicamente, é uma cadeia produtiva em que todos dependem de todos e em que existem problemas desde a propriedade rural até o consumidor final.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado, Deputado Jesualdo.

Na sua explanação, chegou-se à conclusão de que o Conseleite vai ajudar muito o nosso produtor rural.

O Conseleite também tem condições de avaliar o custo do litro de leite para o produtor ou ele avalia o mercado apenas? Ele tem essa condição, essa capacidade, vamos dizer assim, de avaliar, de levantar qual é o custo que o produtor tem para produzir um litro de leite, Deputado?

**O SR. JESUALDO PIRES** – Perfeitamente. Ele tem e ele passa e repassa aos produtores. Mas os produtos do leite, os laticínios, como qualquer outro produto do agronegócio, são sazonais, quer dizer, variam em função da época, entressafra ou safra. É claro que o mercado tem um componente muito grande nesse preço. Então, o produtor sabe...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não o preço de venda, o preço de custo. O custo da produção.

**O SR. JESUALDO PIRES** – Exatamente. Eles têm. O Conseleite passa a eles também esse preço de produção. Claro que esse preço varia muito em função de região, tamanho de rebanho, em função de alimentação, a forma como é extraído esse leite, mas, de qualquer forma, o Conseleite tem esses dados e, a partir desses dados, o produtor também tem como se planejar.





E outra coisa, Senador, que os produtores reclamam demais em Rondônia, e eu acredito que em todos os Estados brasileiros aconteça a mesma coisa, é que eles não sabem o preço que vão receber pelo leite, por incrível que pareça. É como se você fosse trabalhar numa empresa, e a empresa não estipulasse o seu salário, chegasse o final do mês, “olha, dependendo da situação da empresa, se ela der lucro bom ou se der prejuízo, você vai ganhar isso ou aquilo”. O produtor de leite entrega o leite ao laticínio do dia 1º até o dia 30 e no dia 20 do mês subsequente é que ele recebe a remuneração daquele leite, sem saber quanto vai receber. O laticínio define o preço a ser pago ao produtor no dia em que o produtor recebe o cheque. Então, isso é outra coisa, no meu entendimento, absurda, em que o produtor fica refém do preço que é estipulado em função do que o laticínio achar conveniente pagar.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – E esse problema, o Conseleite consegue resolver ou não? Dependemos de uma política de preço do Governo, estadual ou federal?

**O SR. JESUALDO PIRES** – Lá no Paraná ele resolveu a partir do momento em que o Conseleite estipula preços referenciais, inclusive dando projeções futuras – o Conseleite dá o preço de hoje e já diz se o preço do mês seguinte vai ter um viés de alta ou um viés de baixa, se o mercado está favorável. Então, o importante, para o produtor de leite, é ele saber a expectativa de quanto ele vai receber para ele planejar, inclusive porque, se ele souber que o preço do leite vai aumentar, ele pode alimentar seu rebanho com maior quantidade de comida. Quer dizer, a vaca, quanto mais come, mais produz. Se ele vir que o leite vai baixar, ele também pode reduzir a sua produção. Então, é claro que o produtor de leite precisa ter parâmetros e, com segurança, ele precisa saber o valor do preço previamente, para que ele possa se planejar. Eu não acredito que exista...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Até para poder fazer investimentos no seu próprio negócio.

**O SR. JESUALDO PIRES** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Melhorar o plantel, melhorar a forração, enfim, melhorar a sua produtividade, a sua produção.

**O SR. JESUALDO PIRES** – Exatamente.

Eu falei isso para vários donos de laticínios na nossa CPI. Eu não conheço atividade econômica brasileira em que alguém entregue um produto sem saber quanto vai receber. Eu acho que é só na atividade de leite. Eu os desafiei. Eu não acredito que alguém possa vender alguma coisa no supermercado ou vender o seu trabalho sem saber quanto vai receber. No caso da cadeia produtiva do leite, Senador, os produtores entregam leite sem saber exatamente quanto vão receber e ficam achatados por conta de um mercado. O laticínio, às



vezes, não tem tanta culpa, principalmente os pequenos e médios laticínios que, como eu disse anteriormente, ficam reféns de um mercado muito duro.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Mas eles combinam os preços entre os laticínios. É isso, Deputado? Eles ditam as regras dos preços.

**O SR. JESUALDO PIRES** – Eu não poderia afirmar que combinam, mas é incrível como todos os preços são igualados em todo o Estado de Rondônia.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – É impressionante.

Agradeço suas explicações, Deputado.

Quero agradecer aos nossos telespectadores que nos assistem pela TV Senado e os que nos ouvem pela Rádio Senado e dizer que quem quiser fazer alguma pergunta aos debatedores pode fazê-lo através da Internet, pelo endereço [www.senado.gov.br/alosenado](http://www.senado.gov.br/alosenado), ou pelo Twitter@alosenado ou pelo telefone 0800612211. As ligações são gratuitas. A sua participação é muito importante para que possamos debater esse assunto.

Passo a palavra ao Dr. Bruno Barcelos Lucchi, assessor da Superintendência Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

**O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI** – Boa tarde.

Obrigado, Senador.

Em nome da CNA, eu queria agradecer pelo convite e parabenizar pela ação. Julgo de muita importância termos um espaço como este para debater os problemas da cadeia.

Se me permite, eu gostaria de ficar de pé para melhor explicação. Obrigado.

Na nossa agenda de hoje, preparei para debatermos um pouco sobre a questão dos custos e preços, um panorama geral do mercado, de como está a situação, e sobre dois problemas específicos que estão deixando a cadeia com certa preocupação. Um seria a questão das importações, que muito nos preocupa, e o outro seria a questão da Instrução Normativa nº 51, os novos parâmetros a partir de 1º de julho.

Então, como foi muito bem colocado pelo Deputado, na questão dos preços, é muito complicado o produtor saber quanto ele vai receber. Observamos uma volatilidade muito grande nos últimos anos. Até o comportamento específico que era de começar o ano com uma pequena queda e ter uma elevação no meio do ano já não existe mais. Pegando 2010, observamos que começou a ter essa elevação dos preços, mas cai em plena entressafra, na região centro-sul brasileira, época que tem o maior aumento nos custos de produção desse produtor.



Se avaliarmos como começou o ano de 2011, temos um preço de 2011 – esse é um preço que representa a média nacional, pegando os principais Estados produtores de leite, representando cerca de 80% da produção nacional – começando relativamente maior que o de 2010. Acontece que, no período agora, na última cotação que tivemos de abril, pegando valores deflacionados, tirando o efeito da inflação, ele já se encontra menor que o do ano passado. Hoje, o produtor está recebendo em torno de R\$0,79 pelo litro de leite. Vamos ver, no próximo *slide*, que tivemos um impacto muito grande no custo de produção. Se compararmos com o ano passado, o custo se manteve praticamente estável no primeiro semestre. Isso foi bom para reestimular a produção do País. O País teve um crescimento significativo da produção de leite no primeiro semestre e retomou o crescimento da produção, porém observamos, no segundo semestre em diante, que os custos começaram a aumentar bastante, o que prejudicou bastante a relação de troca do produtor, que teve aqueles preços reduzidos em função de um custo mais elevado.

Como se encontra a situação hoje? Se avaliarmos de abril para março, os custos tiveram uma redução de 2,5%, principalmente em função da queda dos grãos, milho e soja. Com a colheita desses produtos, há sempre uma redução nos preços deles nessa época. Como o concentrado é o principal insumo de despesas para o produtor – ele chega a gastar 30%, 40% do seu custo só com a parte de concentrado –, isso já deu um impacto positivo nesse último mês, o que não significa que isso vai ser repassado para os demais. O que eu considero mais importante é avaliarmos como foi o comportamento em 2011, que apresentou um crescimento nos custos de produção na ordem de 6%. Se pegarmos de abril do ano passado a abril deste ano, os custos aumentaram 13%, em função de um preço que praticamente ficou abaixo do que foi mostrado agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Quais são os componentes desse custo, Bruno? Só para termos uma avaliação.

**O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI** – Temos a mão de obra, que é o segundo item, após o concentrado, que tem um peso maior na composição dos custos, representando em torno de 15% a 20%, dependendo da região. Temos sal mineral, medicamentos, adubos, manutenção de benfeitorias, manutenção de pastagens. Esses são os principais gastos. Há gastos com insumos ligados à qualidade do leite. Então, há uma série de fatores que o produtor desembolsa mensalmente para compor o seu custo de produção.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – (*Inaudível.*) Neste último ano, houve um aumento de 13,47% de custo?

**O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito acima da inflação. Deve ter algum item que aumentou...



**O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI** – O principal foi o aumento da mão de obra e principalmente o gasto com concentrado. O milho e a soja, a partir do segundo semestre do ano passado, tiveram um crescimento muito grande, devido a esse *boom* das *commodities* internacionais, à demanda da China, ao problema de seca na Rússia, que comprometeu a lavoura de trigo, que foi substituído pelo milho, que foi muito usado nessa região. Do segundo semestre em diante, houve um aumento muito grande no preço das *commodities*, o que reflete diretamente no custo do produtor. Ele tem de fornecer a ração além do volumoso, para ter uma produtividade mais elevada, principalmente em época de entressafra. Quando se tem o pasto mais seco, tem de se fazer uso de uma forrageira alternativa. A ração é o principal item para se ter o aumento da produtividade. E, como os principais itens que aumentaram foram os da ração, foram praticamente 14% de aumento neste último ano, em função de um preço que se encontra abaixo do preço do ano passado.

Isso mostra que a margem do produtor foi reduzida, o que vai refletir nesse outro gráfico aqui, com o índice de captação do leite. Ele mostra o quanto já está menor – ela é comparada anualmente. Então, em março de 2011 comparado a março de 2010, ela caiu 2,1%; em março em relação a fevereiro, caiu praticamente 6%; e, no acumulado de 2011, ela está 1% menor que no ano passado. Então, custos altos e preços menores estão se refletindo na produção de leite, que está sendo bem menor comparada ao do ano passado.

Então, essa é só para termos uma noção geral de como está a situação do produtor de leite. Ele se encontra em frente a um desestímulo em relação à produção devido à alta nos custos de produção.

Se pegarmos o mercado internacional, se avaliarmos a balança comercial de lácteos – temos aqui as importações de vermelho, as exportações em azul e o saldo –, o Brasil foi superavitário na balança comercial de lácteos de 2004 a 2008, em que foi tomada uma série de medidas de defesa comercial que favoreceram o crescimento do setor. Na época, conseguimos entrar com uma petição de *dumping* contra países da União Europeia e a Nova Zelândia, que faziam isso com o Brasil. Isso foi em 2001, 2002, o que proporcionou esse crescimento no setor. O setor pôde realmente mostrar o seu potencial produtivo, sem interferências de subsídios e outras ajudas que os governos de outros países fazem. Acontece que, em 2009, com a crise econômica mundial, tivemos uma inversão nesse quadro. As empresas nacionais tiveram dificuldade em exportar, principalmente em função de câmbio, e os países importadores deixaram de comprar grandes quantidades. Com isso, o País voltou a ser importador. O que muito nos preocupa agora é que, nos primeiros quatro meses do ano, já estamos com um saldo 277 vezes maior que o do ano anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Negativo?

**O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI** – Negativo. Déficit.



A gente observa que, nos últimos meses, de novembro até agora, o saldo negativo tem crescido muito. Então, tivemos, em 2009, um surto de importação de leite em pó, que foi contornado com acordo entre setores privados do Brasil com a Argentina. A gente pode observar aqui que a linha azul é importação de leite em pó da Argentina, e a linha verde é do Uruguai. Essa linha que corta aqui é a média de 2004 a 2008. A gente vê como foi muito acima, da Argentina, e a linha verde, a média desses cinco anos do Uruguai.

Então, a gente importava constantemente em torno de mil e oitocentas toneladas da Argentina, e importamos quase dez mil em janeiro. Olhem só a quantidade, como isso cresceu. Então, na época, o MDA e o Mapa nos deram bastante apoio, conseguimos sentar com o setor privado da Argentina, fizemos um acordo de cotas e preços. O senhor pode observar que isso foi controlado, o acordo foi em torno de três mil toneladas; então, não ficou acima. Renovamos esse acordo no ano passado, com a ajuda do MDIC, que operacionalizava isso aí, esses três Ministérios sempre nos deram bastante apoio, e a nossa idéia era renovar esse acordo agora em maio, época em que vence. Inclusive, a gente queria incluir o queijo nesses acordos, não só leite em pó. E, devido àqueles gráficos que mostramos anteriormente, aquele saldo negativo se deu pelo crescimento principalmente de queijos, cuja importação aumentou bastante.

Porém, devido à mudança no quadro técnico do MDIC, eles acharam que poderia ter algum problema jurídico em relação ao acordo e pediram um tempo para estudarem melhor esse acordo e, depois, darem um parecer. Até agora, o que eles fizeram em relação ao acordo foi prorrogar até julho – então, o acordo estará valendo, nos moldes do ano passado, até julho –, até eles definirem como isso vai ser operacionalizado. Segundo eles, pode ter algum problema jurídico para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

É isso que estamos aguardando, mas é algo que nos preocupa, que pode ser prejudicial para o setor, caso esse acordo não seja renovado. Podemos ter novos surtos de importação, o que vai deprimir o preço aos produtores.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Bruno, só para a gente ter uma noção, você sabe por que a Argentina tem esse produto para venda, para exportação, e acaba sendo uma produção muito maior do que a própria produção brasileira. *Per capita*, vamos falar *per capita*. É evidente que deve ser muito maior, porque nós diminuimos a exportação drasticamente e aumentamos a importação. Quer dizer a nossa produção deve ter diminuído muito ou o nosso consumo aumentou ainda muito mais, ou a soma disso tudo. Só para a gente esclarecer as pessoas que nos assistem.

**O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI** – Isso. Nós tivemos um grande aumento no consumo. De 2009 para cá, o consumo de lácteos tem



crescido – ainda não é o ideal –, hoje é em torno de 161 litros por habitante/ano, quando o recomendado pela Organização Mundial de Saúde seria de 180. Então, nós estamos abaixo.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ainda abaixo.

**O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI** – Mas houve um crescimento significativo neste último ano. Como o senhor falou, nós deixamos de exportar bastante coisa, em função, principalmente, do câmbio, que é totalmente desfavorável não só para o leite, mas para todo o setor agropecuário que passou por um problema muito difícil. E, em paralelo a isso, a questão das importações. Como os outros países fecharam a porta, diminuíram o consumo em função da crise econômica mundial, a Argentina, que sempre foi um país que produziu muito leite – a Argentina, a gente pode se basear pela região sul do país, que tem uma produção muito grande, que precisa ser repassada para os demais Estados. A Argentina é semelhante à região Sul, tem as pastagens de inverno, tem o clima adequado, tem uma produtividade, se a gente pegar por animal, maior do que a nossa. Então, eles geram um excedente muito grande de exportação, mesmo com consumo maior. Então, esse mercado que ela tinha em outros países, focou mais no Brasil. Foi repassada para o Brasil essa grande quantidade que, às vezes, ia para outros países do mundo, como a África...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A produção argentina per capita é muito maior do que a brasileira.

**O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI** – *Per capita?*

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Deve ser.

**O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI** – Total é menor. Agora, *per capita*, acredito que sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, *per capita*. Deve ser, porque o consumo da Argentina é grande e ainda tem uma quantidade para exportar muito grande.

**O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI** – Sim, é grande, com certeza.

Então, em relação às importações é isso. Em relação à Instrução Normativa nº 51, acredito que mais importante do que definir os parâmetros, a partir de 1º de julho, a gente focar esforços no que deve ser feito daqui para frente, para a gente dar prosseguimento ao trabalho de melhoria da qualidade do leite.

Muito avançamos, nestes últimos anos, desde a implementação IN nº 51. Hoje, a organização do setor é muito maior, o produtor já adota muito mais práticas ligadas à melhoria da qualidade do leite.

Então, não tem como a gente questionar essa evolução que teve nos últimos anos, e que vai continuar existindo. Para essa evolução continuar, a gente tem de focar em cinco pontos básicos. O primeiro seria continuar a



questão da capacitação e orientação técnica dos produtores. O Senar treinou, nesses últimos cinco anos, em torno de 3.338 mil pessoas no curso de trabalhadores da bovinocultura de leite. Foram feitos materiais, cartilhas, divulgação, isso só nos seis principais Estados produtores. Foram criados e fortalecidos nesse período vários programas de assistência técnica, como o Minas Leite, Minas Gerais, o PAS Leite, o Educampo, em Minas Gerais, o Balde Cheio, da Embrapa Sudeste, o Geraleite, da Bahia. Então, muito foi feito nos últimos anos para melhorar essa capacitação e orientação dos produtores e muito ainda há que se fazer.

Outro ponto seria o treinamento dos agentes de coleta das plataformas das indústrias. Dados da Clínica do Leite mostram que, em torno de 12% das amostras que chegam à clínica apresentam erros de falha de coleta. Este gráfico aqui mostra que, quando eles fazem essa capacitação dos agentes de coleta, do carreteiro, da pessoa que vai recepcionar esse leite, o erro cai para 5%, e, nas indústrias que não fazem esse treinamento, isso aumenta para 17%. Então, não adianta o produtor fazer um bom trabalho na fazenda se a indústria não treinar os seus funcionários para saberem coletar esse litro de leite, saber agitar muito bem o tanque, antes de fazer a coleta. Isso tudo faz parte do processo.

Outro ponto que é de fundamental importância para continuar tendo a melhoria da qualidade é o pagamento por qualidade. Hoje, ainda não são todas as indústrias que fazem esse pagamento. Esses dados da Clínica do Leite mostram que um mesmo grupo de produtores, em torno de cinco, quase seis mil produtores, durante quatro anos eles foram acompanhados. Vejam a quantidade de produtores, nos dias de hoje, que estariam fora da Instrução Normativa, não condizentes com a Instrução Normativa nº 51: em torno de 24%, ao passo que aqueles que pagam por qualidade não chegam nem a 1% os que estariam fora; e aqueles que têm uma qualidade maior, abaixo, muito abaixo do que pega os que estão na Instrução Normativa nº 51, seriam quase 60%, muito maior do que aquelas indústrias que não pagam por qualidade.

Então, querendo ou não, é um incentivo muito grande para o produtor, porque ele vai ter um aumento de gastos, vai ter um aumento no custo de produção usar um detergente melhor, fazer todos os procedimentos antes da ordenha para ter uma qualidade melhor de seu produto.

Nós precisamos também, como ponto a ser trabalhado, ter um aumento na eficiência dos laboratórios de análise de qualidade. Eles têm que disponibilizar mais os resultados para os produtores, gerar dados mais confiáveis, gerar indicadores para que a assistência técnica possa trabalhar melhor por região. Temos ainda uma falha muito grande nas estatísticas do setor, em relação à necessidade de qualidade. Não sabemos exatamente onde é que está tão ruim, quais são os problemas que têm de ser trabalhados nessas regiões.



Questões colocadas muito bem pelo Deputado também, a questão da infraestrutura e logística. Não adianta o produtor fazer um bom trabalho, a indústria fazer uma boa coleta se esse leite não chega à indústria no tempo adequado, se não tem energia para refrigerar esse leite, se ele não consegue ligar a sua ordenha, se o animal vai ter uma mastite porque naquele dia não teve energia para ser ordenhado. Isso tudo ainda é problema, e não só no Estado de Rondônia, Deputado. Em Minas Gerais, que é um grande Estado produtor; em Goiás, a reclamação é grande por parte dos produtores, principalmente na época de chuva. Então, isso é um problema grave. Porque, na época em que foi implementada a Instrução Normativa nº 51, ficou definido que o setor produtivo ia fazer a sua parte, mas o setor público também, melhorando as estradas, melhorando a questão de energia e outras formas.

As contribuições dos Ministérios. Ainda temos aqui, de acordo com esses dados, que algumas indústrias ainda não fazem 100% das análises dos produtores. Comparando 2008 com 2010, houve pouca evolução. Precisamos que todas aquelas indústrias que estejam inseridas no processo analisem 100% de seus produtores. Por quê? Para evitar, principalmente, as questões de fraude. Se uma indústria tem um parâmetro de qualidade alta e penaliza seu produtor, este consegue vender para outra, outra indústria que, às vezes, não está até mesmo na inspeção do Ministério, na inspeção estadual, municipal, que compra esse leite de péssima qualidade. Então, temos que acabar com esse tipo de indústria também; temos que punir essas que estimulam uma qualidade ruim.

Então, já estourando o tempo para fazermos as nossas conclusões, em relação ao mercado, o que nos preocupa? Com essa redução de margem da atividade, pode favorecer muito o descarte de vaca. Por quê? O preço da arroba está muito alto. Então, com o preço da arroba em alta, o produtor apertado, o que ele vai fazer? Vai descartar as matrizes. Com isso, a gente tem queda na produção.

A renovação do acordo de cotas é de suma importância para a gente continuar evitando esse surto de importação de leite em pó, principalmente da Argentina. A gente espera que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio tenha um posicionamento favorável, como sempre teve nesses dois últimos anos, continue apoiando a gente nesse acordo, para que nós não tenhamos mais problemas, e que possamos incluir o queijo também, que foi muito importado nesse último ano.

Por fim, em relação a IN nº51, a gente acha que agora não é o momento de apontar culpado e, sim, definir estratégia que permita a gente continuar avançando. Ações efetivas e complementares do setor público-privado são necessárias para a gente continuar evoluindo na questão da qualidade.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite encaminhou recentemente ao Mapa uma nota técnica, na qual diz que não há flexibilização





nesses parâmetros, que acha realmente uma redução, a partir de 1º de julho, mas que não seja o que a instrução normativa está solicitando no momento, seja de 400 CCS e de 100 para CBT. A gente pede um meio termo, para dar chance de esse produtor continuar se adequando e que os outros elos que a gente comentou aqui possam se adequar também, porque o esforço tem que ser coletivo, não adianta a gente focar somente num ponto da cadeia.

Segue o exemplo que aconteceu nos Estados Unidos. Eles demoraram quinze anos para reduzir de um milhão para 750 mil a questão da CCS, e eles só vão nesses padrões que o Brasil quer, de 400, em 2014. Eles trabalham há mais de 100 anos no programa de qualidade do leite. Então, aqui em 2014 é que eles vão chegar onde o Brasil quer, isso gradativamente, a cada ano reduzindo um pouquinho, para dar tempo de o setor ir se adaptando.

Então, Senador, mais uma vez, agradeço pela participação.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Bruno. Nós é que agradecemos a sua explanação. O senhor diz que o preço médio brasileiro que recebe o nosso produtor do litro de leite hoje está em torno de R\$0,79 ou R\$0,795, quase R\$0,80. No nosso Estado de Rondônia, o preço hoje está em torno de R\$0,58.

Deixo aqui para a Mesa, ao seu tempo, nas suas explanações, quem é que pode nos colocar o que fazer para igualar o preço do litro de leite que o nosso produtor recebe no Estado de Rondônia – evidente que temos outros Estados também, acredito que em Roraima seja muito próximo a esse valor, nos Estados do Amazonas e do Acre também –, como fazer para igualar, no sentido de que o nosso produtor possa receber a média nacional? Os custos são os mesmos, evidentemente, e o custo de vida também é muito parecido. Eu até diria que, na região Norte, o custo de vida é ainda mais caro do que no Sul no País. Então, por que o nosso produtor de leite recebe menos do que a média nacional?

E quanto à importação e à exportação, eu quero crer que nós vamos, ao longo do debate, passar a ouvir algum questionamento para nos esclarecer um pouco mais sobre essa política de importação e exportação de leite no nosso País.

Passo a palavra ao Dr. Gustavo Valone, do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor do Ministério de Desenvolvimento Agrário, MDA, para fazer as suas colocações.

Desde já, agradecemos a sua presença conosco. Tivemos, ontem, aqui uma audiência pública com o nosso Ministro Afonso, que foi muito proveitosa. O Ministro está muito atencioso com os problemas brasileiros de vários cantos do País. Foi aqui sabatinado pelos Senadores, e um Senador de cada canto do País colocou as suas preocupações e o Ministro se postou muito bem e mostrou que realmente está muito bem preparado e trabalhando em prol do desenvolvimento agrário brasileiro.



Então, mais uma vez, os cumprimentos e os agradecimentos ao Ministro Afonso que esteve conosco e agradecemos, também, Dr. Gustavo, a sua presença aqui com a gente.

Pois não.

**O SR. GUSTAVO DE VICENZO VALONE** – Obrigado, Senador Acir, e, em relação a todo esse preparo do Ministro, a equipe técnica aprende muito com ele. Cumprimento também o Deputado Jesualdo, Dr. Bruno Salomão, Gustavo Beduschi, da OCB/CBCL e o Márcio.

Dentro da fala do Deputado Jesualdo, eu anotei alguns problemas críticos que ele citou sobre a dificuldade de SIF, das redes, o problema da embalagem no Tetra Pak, o UHT, mas, antes disso, eu queria parabenizar o Estado de Rondônia, porque, realmente, tudo que ele disse é a mais pura verdade. É um dos Estados que mais cresce, proporcionalmente, quanto à produção, apesar de que, na comparação, é uma produção pequena, comparado com o Brasil, mas relativamente em porcentagem é um dos Estados que mais cresce no Brasil.

Quanto ao leite, ele falou que representa quarenta e poucos por cento das propriedades rurais, isso é muito importante também, porque o leite gera rendas mensais para o produtor; ele não é que nem uma lavoura, em que você planta seis meses, na época da chuva. Então, isso é muito importante, e para agricultura familiar também.

Quanto à questão da dificuldade de comercialização, o Ministério do Desenvolvimento Agrário possui o programa da Alimentação Escolar, que é obrigatório que 30% de toda compra da merenda escolar seja da agricultura familiar, ou seja, a prefeitura vai fazer compra para a merenda escolar. Ela não vai comprar de cada um dos produtores. Ela vai comprar de formas de organizações que consigam atender. Então, ela vai comprar de associações ou de cooperativas. Normalmente de cooperativas, e é isso que tem acontecido no Brasil inteiro.

Eu vou falar mais um pouco sobre esse programa, mas antes eu quero citar que o Gustavo Beduschi, que é um bom conhecedor de mercado, vai explicar um pouco sobre preço. Os dados que o Bruno apresentou de preço e média nacional são reais. O Gustavo Beduschi tem um novo preço de maio já, porque aquele lá é até abril, e existem produtores que recebem até mais de R\$1,00, mas a gente não pode colocar tudo no mesmo saco. Da mesma forma que há preços diferentes de terra no Brasil inteiro, o preço da soja no Mato Grosso é diferente do Rio Grande do Sul, é diferente em Rondônia. A questão da logística influencia muito. Então, igualar será difícil, mas, para diminuir a diferença, existem estratégias para isso.

O Deputado citou o Conseleite, que foi criado para ajudar a orientar preço. Isso foi muito importante quando ele foi criado, e ele não funcionaria sozinho se não existissem cooperativas. A presença de muitas indústrias no



Estado dificulta melhorar preço ao produtor, porque quem é o dono da cooperativa? É o produtor. Então, por exemplo, o Estado de Goiás, que em 1994, era um dos Estados em que se pagava o menor preço de leite do Brasil, após a criação de uma central de cooperativa, que se chama Centroleite, que começou pequena e hoje tem um milhão de litros de leite por dia, ou mais de um milhão, depende da época do ano, e hoje é o Estado que paga melhor o leite no Brasil. Tudo bem, às vezes, em Minas Gerais, paga um pouco melhor, às vezes ele paga... Então, ele está entre os três, entre Minas, São Paulo e Goiás. Por quê? Porque se fortaleceu por meio de cooperativa.

Aí volta àquela história que o Deputado falou, de que é muito melhor para o agricultor se ele chegar com 30 mil litros numa indústria ou chegar com 30 litros numa indústria.

A criação de cooperativa... E na forma, por exemplo, que foi feita a Centroleite, que é uma cooperativa no mercado *spot*, que teoricamente ela é composta de um escritório, uma secretária, o contador para fazer o pagamento e o negociador de leite.

Então, ele junta leite comprando por telefone e vende esse leite dentro de carretas para outras cooperativas ou para as indústrias. O custo dele é muito pequeno, que é o custo burocrático de um escritório. Assim, ele consegue negociar grandes volumes, ele tem margem.

A proposta de a gente criar postos de resfriamento onde se leva o leite para um posto, isso daí ajuda muito, mas quando a gente tem problemas de logística. Se não houver problemas de logística, hoje, esses postos de resfriamento são feitos no próprio caminhão. Você pega um bitrem, uma julieta, ele para uma julieta cheia de leite debaixo de uma sombra, sai coletando, volta e busca. Não estou dizendo que isso é correto perante o mapa, mas é muito utilizado para diminuir custos. O custo de um posto de resfriamento hoje é muito alto. Dependendo do volume, chega a oito, dez, doze centavos por litro. O caminhão é isotérmico. Se você pegar o leite a quatro graus, ele o mantém a quatro graus.

Então a gente vê que a Região Norte tem problemas de preço, mas se a gente olhar o Nordeste antes de 2002, ele também tinha problemas de preço. E o que aconteceu? Como a gente conseguiu melhorar o preço do Nordeste?

O Governo Federal, por meio do MDS, compra cerca de 12% do leite do Nordeste pelo programa PAS Leite. Ele compra dos produtores para fazer doação para a população carente. Hoje, tem Estado que recebe setenta, setenta e cinco centavos, e isso elevou o preço do resto dos produtores, elevou o preço do mercado.

Então, vocês podem propor ao Governo Federal ou ao MDS que se estenda esse programa para a Região Norte. É um exemplo. Não estou dizendo que é o que vai acontecer. É uma proposta. Explicar que não é só para atender



população carente. Isso desenvolve o setor produtivo e ajuda a população carente. Pode ser uma forma também. Isso gera renda e ajuda inclusive os empresários, porque a população de mais baixa renda, quando tem uma renda elevada, vai consumir alimentos, eletrodomésticos, roupas, o que desenvolve todo o setor. É uma proposta que vocês podem fazer.

A gente precisa pensar numa forma muito importante para os produtores, que é a forma de organização deles. Se a gente tem as cooperativas bem organizadas no Estado, que acho que não é o caso do Estado de Rondônia, com muitas cooperativas, a gente vai sentir dificuldades em atender a programas como o de alimentação escolar. Então, por exemplo, é destinado ao Brasil inteiro cerca de três bilhões de reais para se adquirir alimentos para a merenda escolar. Desses três bilhões, 30% no mínimo do valor monetário têm que ser oriundos da agricultura familiar. Então, a gente pode pensar que é um mercado de quase um bilhão. De quais produtos? Todos.

Aí eu pergunto: existe cooperativa de carne bovina? Não. Ela não vai poder vender para a alimentação escolar. Você vê alguma cooperativa de soja que tenha o perfil da agricultura familiar? Também muito pouco. E qual é o setor que você vê com a cara da agricultura familiar? É o leite. Temos hoje cerca de 353 cooperativas de leite cadastradas no sistema OCB, mais umas 200 cadastradas no sistema Unicafe, que podem ser cooperativas de 20 mil litros até cooperativas do tamanho da Aurora, que, lá no Sul, em Chapecó, é uma cooperativa da agricultura familiar, cooperativa que tem fábrica com capacidade de processar um milhão de litros de leite em pó por dia, com DAP, que é a Declaração de Aptidão ao Pronaf, que é a CCGL em Cruz Alta.

A gente tem todos os tipos de cooperativas. Agora, estimular que os agricultores se organizem em cooperativas no Estado de Rondônia pode ajudar todo o processo, inclusive na formulação do Conseleite, e fortalecer o setor.

O Bruno apresentou o excesso de importação e a queda das exportações, mas a gente tem o pé no chão. Historicamente, o Brasil nunca foi exportador de leite. Em 96, a gente foi o maior importador de leite do mundo. Em 2004, a gente consegue ter um saldo positivo, pequenininho. Em 2005, a mesma coisa; em 2006, a mesma coisa. Em 2007 a gente saiu um pouquinho da curva. Em 2008 foi bom. Por que foi bom em 2008? Porque houve uma crise de alimentos e elevação de preço do leite em pó. A média era de 2.200 dólares a tonelada, e chegou a cinco mil. Aí todo mundo exportou. Até fábrica de pneu comprava leite para processar e exportar. Não tem jeito, vira um negócio muito bom.

Aí o preço caiu, o câmbio não favorece, a gente não exporta. O preço internacional do leite em pó é mais barato do que o nosso, comercializado aqui.



O que acontece com o leite do Mercosul? Vem todo para cá. A gente tem 200 milhões de habitantes e uma população com renda. A Argentina está em crise há muitos anos. Então, a gente não é competitivo. O produtor argentino recebe vinte centavos de dólar, vinte e dois centavos de dólar por litro de leite. O nosso recebe cinquenta, sessenta centavos de dólar, na média. Tem produtor que recebe um real por litro de leite. Isso existe. Agora, o que recebe um real por litro é de algumas regiões do Brasil, um produtor de excelente qualidade que tem uma bonificação por volume. Então, o produtor de cinco mil litros, dez mil litros, ele tem uma bonificação por volume. E ele tem uma bonificação por qualidade, contanto que se façam aquelas análises que o Bruno informou na apresentação dele.

O Bruno falou de custo. A questão de custo é muito importante. A cooperativa dos spots.

O problema da dificuldade de CIF, infelizmente eu tenho uma visão um pouco diferenciada da do Deputado Jesualdo. Temos que ser exigentes sim, porque nós temos que atingir padrões. Nossos padrões têm que ser perante o mercado externo, porque a nossa produção hoje está em torno de 28 bilhões de litros de leite, quase 30 bilhões de litros de leite. Só que a produção cresce mais, proporcionalmente, do que a nossa população. Então, ou a gente exporta ou importa. Não tem outra opção. Então, a gente tem que atingir o padrão.

A questão da Instrução Normativa nº 51, que começa a vigorar a partir do dia 1º de julho, que foi definida no documento, ela tem que vigorar, só que os padrões não podem ser aqueles estabelecidos. Tem que seguir aquele processo de que o Bruno falou. Isso já foi estabelecido na câmara setorial. O Mapa, o MDA, a OCB e CBCL, a CNA, até a Nestlé, que tem alguns representantes lá na câmara, está todo muito alinhado que não pode ser drástico, tem que ser aos poucos. Então, isso já está mais ou menos em comum acordo com o setor.

Por último, eu queria falar do problema das redes atacadistas.

Há um ano e meio ou dois, acho que foi em 2008, numa crise de preço do leite, quando a gente teve uma audiência lá na Câmara dos Deputados, foi chamado o Presidente da ABIS, Associação Brasileira das Indústrias e Supermercados, e o pessoal o atacou muito, porque a margem dos atacados é muito grande. Existe mesmo essa exigência de preço que define quem são os supermercados atacadistas, principalmente as indústrias.

Para as próximas reuniões, a gente podia – se dermos continuidade a esta conversa – chamar mais representantes do setor, como a Associação Brasileira das Indústrias de Leite Desidratado para falar de leite em pó, a ABLV, Associação Brasileira da Indústria de Leite Longa Vida, para falar melhor disso, e a Associação Brasileira das Indústrias e Supermercados.

A OCB e a CBCL têm um boletim que abrange quase o Brasil inteiro, que prevê preço de leite de 30, 60 e 90 dias. Isso ajuda muito. O do



Conseleite, acho que só são 30, mas é um boletim nacional. Ele vai falar melhor. São 300 indústrias, não sei quantas cooperativas e dá uma visão ampla do mercado.

De qualquer forma, eu queria agradecer muito o convite, Senador Acir, e colocar o MDA à disposição de qualquer ajuda para o Estado, dentro de nossa alçada.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Dr. Gustavo. Nós é que agradecemos a presença do senhor aqui conosco.

Quero lembrar às pessoas que quiserem participar desse debate junto conosco que o façam através da Internet, pelo endereço [www.senado.gov.br/alosenado](http://www.senado.gov.br/alosenado) ou pelo twitter@alosenado ou ainda pelo telefone 0800612211. A ligação é gratuita. Sua participação é muito importante para nós e também para sua região. Se tiver alguma dúvida, algum questionamento, que o faça, para que possamos esclarecer e contribuir para sua região.

Agora passo a palavra ao Dr. Gustavo Beduschi, Assessor Técnico da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

Muito obrigado por sua presença, Dr. Gustavo, é um prazer tê-lo conosco.

**O SR. GUSTAVO BEDUSCHI** – Boa tarde, Senador, em nome da OCB/CBCL, obrigado pela oportunidade de estar aqui. Cumprimento o Senador e os demais membros da Mesa.

Devo falar sobre preço e instrução normativa, como é o tema do debate desta tarde.

Muito se falou sobre comportamento de preço no Brasil, em alguns Estados, mas devemos lembrar o fundamento do que é formação de preço, relação de oferta e demanda.

A relação de oferta e demanda é o fundamento principal para a formação de preço. Então, o que temos de oferta e demanda que vão regular preço? Nesse sentindo, indo na direção daquela questão da formação do preço no Estado de Rondônia – depois eu volto –, porque os principais centros consumidores estão na região Sudeste do País, Centro-Sul do País, onde estão os principais centros, a formação é irradiada daqui para lá. Isso podemos ver em vários produtos agropecuários, como no boi.

Normalmente, há uma praça central, não necessariamente a cidade de São Paulo, mas normalmente é, por ser o maior centro consumidor, indo para trás, porque há o custo do frete para trazer o produto para São Paulo. A economia explica dessa forma a formação de preços.

O Bruno disse, e foi mencionado pelo senhor, que o preço está em torno de R\$0,80. Ele adiantou o valor um pouco. Estou com as prévias do que vai sair. O Cepea, que é o Centro de Pesquisa Aplicada da Esalq-USP, que faz o levantamento dos preços, conversei com eles há pouco para saber o que



havia, acho que segunda ou terça-feira soltam os preço. A média nacional vai para 84 centavos; Minas, 84; Goiás, 85; São Paulo, 87; Paraná, 85; e Rio Grande do Sul, 81. Vai para mais ou menos essa casa. Então, há uma valorização.

Quanto ao que o Deputado Jesualdo colocou sobre a previsibilidade, ver algo a frente – coisa que o produtor geralmente não faz –, temos que falar um pouco da nossa experiência em outras regiões. Realmente não conheço Rondônia.

Temos que, fora o trabalho do SimLeite – Sistema de Monitoramento do Mercado de Leite, que é um trabalho da OCB/CBCL, em parceria com o Cepea e Embrapa Gado de Leite, que tem previsibilidade de 30, 60 e 90 dias, ou seja, três meses a frente – depois encaminharei aos senhores uma cópia do relatório. Algumas empresas e cooperativas também comunicam aos seus produtores o que vai acontecer no mês seguinte. Isso já existe. Elas mandam informações de que, por exemplo, tem que aumentar um, abaixar outro. Isso já acontece na região mais Centro-Sul do País.

Dando continuidade, temos que olhar para frente. Temos que ter ferramentas e mecanismos para olhar a frente e tentar entender o mercado, também. O produtor tem de começar a ter noção do que pode acontecer no mercado e buscar as informações de mercado e trabalhar, tentar antecipar. Temos que saber que hoje em dia a produção de uma região influencia na produção de outras. Por exemplo, Rondônia manda mozzarella para São Paulo. Então, é leite de Rondônia que está vindo para São Paulo, de outra forma, mas é leite que está vindo. Da mesma forma a produção do Sul, que é diferente de todo o resto do País. Por ter um clima subtropical a temperado, o pico de produção ocorre em época diferente do restante da região Centro-Sul, a maior produtora de leite do País – inclusive dá para enquadrar Rondônia ali –, é totalmente diferente do Sul. O Sul terá pico de agora para frente. No Sul, a produção está em ascensão, ela vai começar. Foi reportado um atraso de 15 dias. E eles estão, pelas conversas que tivemos lá, que a safra deles será 10 a 15% maior do que a do ano passado. Portanto, pode influenciar preço.

Então, temos que começar a ver não só o preço que eu recebo, mas qual é o meu custo – muito bem colocado pelo Bruno – e as relações que existem com os outros Estados; aí irá afetar.

No mercado hoje, encontramos leite de todos os Estados, em todos os Estados. O UHT transita, mozzarella transita. Então, temos de ver essas coisas. A interação dos mercados é importante para entendermos como está sendo essa questão.

O UHT, Deputado Jesualdo, é uma coisa... A explanação que o senhor deu é completamente certa, porque entrou, o que fez, mas esse fato existe e é um hábito de consumo, já virou um hábito. Então, não há como voltar e tudo mais. Em algumas regiões, como, por exemplo, em Jacareí, em São



Paulo, em Guaratinguetá, o UHT não tem tanta... Lá o que é forte é o leite pasteurizado, o de saquinho. Eu estive lá há uns quinze dias.

É mais barato, mas não é o preço. Eles têm o hábito e continuam no pasteurizado, o que não é comum no restante do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgaz. Bloco/PDT – RO) – Eu perguntei sobre o preço só por curiosidade, não por que seja motivo para que haja esse tipo de consumo.

**O SR. GUSTAVO BEDUSCHI** – É mais barato por conta do processamento da embalagem e tudo mais, mas esse é o hábito deles, que eles ainda mantêm.

Como as explanações foram bem completas até agora, pegarei alguns pontos e trabalharei para colaborar no debate.

As cooperativas representam uma questão muito importante – não só porque sou de cooperativa. As cooperativas de mercado *spot* mencionadas pelo Gustavo Valone têm um serviço essencial para o mercado de leite como um todo. Como para as grandes indústrias, as grandes cooperativas – para as grandes –, têm certas linhas que para elas tornam-se inviáveis buscar esse leite, em certos rincões, e as pequenas cooperativas que atuam exclusivamente no mercado *spot* e fazem esse serviço. Então, elas pegam e concentram esse volume de leite em um determinado ponto ou levam diretamente para a plataforma da indústria. Esse é o mercado *spot*, ou seja, a venda diretamente de uma cooperativa para uma indústria. O pagamento é um pouco diferenciado, é quinzenal. Há negociações quinzenais. Assim, se ganha mobilidade. É um referencial muito grande.

Esse preço é acordado quinzenalmente. Combina-se antes. Então, para essa cooperativa...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgaz. Bloco/PDT – RO) – O preço é previamente acertado?

**O SR. GUSTAVO BEDUSCHI** – Na negociação quinzenal já se acerta.

**O SR. O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgaz. Bloco/PDT – RO) – Nós, em Rondônia, não temos ainda uma política definida com relação ao cooperativismo. Estamos promovendo, agora, dia 15 de julho, em Ji-Paraná, um grande debate sobre cooperativismo. Antecipo o convite para que o senhor possa nos ajudar a informar...

**O SR. GUSTAVO BEDUSCHI** – Com certeza.

**O SR. O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgaz. Bloco/PDT – RO) – ...ao nosso produtor da grande importância que existe na formação de uma cooperativa. Não apenas formar, mas participar das cooperativas, principalmente de leite.

Esse debate está sendo de grande valia, no sentido de que vamos chegar a essa conclusão. Temos muitas associações em Rondônia, mas essas





associações não estão conseguindo comercializar. O caminho é o cooperativismo. Já lhe convido para, no dia 15 de julho, estar conosco em Ji-Paraná, para fazer uma explanação para os nossos produtores. Realizaremos uma grande reunião, já está marcada. Fica aqui o convite para que o senhor possa nos acompanhar. Já que não conhece Rondônia, passará a conhecer e prestará um grande serviço àquele Estado.

**O SR. GUSTAVO BEDUSCHI** – Se possível, estarei lá.

Senador, outro dado em relação a cooperativas: Estados que têm cooperativas consolidadas há bastante tempo e trabalham cooperativismo muito forte, como Minas Gerais, Goiás, Paraná, São Paulo, que têm muito mais tempo de cooperativismo e tudo mais... Recentemente, estive em Mato Grosso do Sul, há uns quinze dias, fui fazer uma palestra a pedido da OCB de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul tem praticamente sete cooperativas de leite e mais duas cooperativas do Paraná que captam leite dentro do Mato Grosso do Sul. Somando essas sete cooperativas mais essas duas, o leite de cooperativas dentro do Estado corresponde a cerca de 15%. Quando colocamos num gráfico os dados do preço do leite nos Estados de Minas, Goiás, Paraná e comparamos com Mato Grosso do Sul, na média de 14 meses, dá um diferencial de R\$0,15 abaixo no Mato Grosso do Sul. Então, a importância do cooperativismo ali está muito ressaltada, muito presente. Em regiões que não têm cooperativismo forte, o preço é bem inferior às regiões onde têm cooperativismo forte. Isso é um fato. Pelo princípio básico, quem é o produtor é o dono do negócio. Esse é um princípio básico. Tem toda uma cadeia envolvida nisso.

**O SR. O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgaz. Bloco/PDT – RO) – E o produtor, individualmente, tem capacidade de negociar muito pequena. E, via cooperativa, é evidente que a sua capacidade de barganhar, de negociar é muito maior.

**O SR. GUSTAVO BEDUSCHI** – Isso, exatamente.

No sentido de dar cada vez mais subsídios às nossas cooperativas associadas e trabalhar em prol do setor leiteiro no País, temos o Simleite, Sistema de Monitoramento do Mercado de Leite, que dá subsídios e informações. Dando continuidade a isso, já que o negócio é previsibilidade, conseguir trabalhar enxergando um pouco à frente, terá o lançamento oficial em junho, não tenho a data exata ainda, mas já estamos trabalhando com isso, junto com o Cepea, o primeiro produto de cotação diária de mercado de leite, o preço do leite UHT para a praça de São Paulo. E o preço do UHT, de acordo com estudos feitos, tem uma correlação com o leite ao produtor de 76% a 80%. Então, explica muito o preço ao produtor o preço do UHT no atacado. Por sinal, surpreendeu-me quando o senhor falou em R\$1,60, eu até achei barato, porque, na média, em São Paulo, está dando R\$1,88 no atacado. Depende, por causa de deslocamento. Isso vai ser um diferencial. Quando o senhor disse que a mozzarella é uma coisa um pouco menor, é um queijo mais comum, um queijo



que dá até para “commoditizar”, é um outro produto que estamos estudando para fazer um indicador de área, porque ele tem uma forte correlação com o preço ao produtor, explica muito. Em certos momentos, desloca a produção entre um produto e outro, ajuda a explicar muito ao produtor. Acreditamos que, quando tivermos os dois indicadores, será um ferramental brutal para os produtores, para as cooperativas trabalharem, enxergando um passo a frente, o que é extremamente importante para o setor como um todo. Dá um norte para o setor do que pode acontecer à frente. Vamos lembrar que o produtor entrega o leite hoje e vai receber dali a trinta dias ou quarenta, dependendo do dia do mês. Esse leite, a indústria não vai esperar para vender dali a trinta ou quarenta dias, ela vai comercializando-o. Então, se ele tem uma noção do valor que ela está comercializando aquele produto, ele tem uma noção do que vai acontecer com o preço do que ele vai receber. Isso já é previsibilidade para curto espaço de tempo.

A ideia nossa é que esse possa ser um indicador comercializado em bolsa, na BM&F. E a BM&F já nos procurou para começar as conversas no futuro. Isso vai ser muito interessante para nós todos.

Em relação a esta questão de preços e mercados, a presença da cooperativa é indiscutível para ter uma melhora no preço ao produtor. E isso é demonstrado com os números. Falando em preço, um pouco de mercado internacional que afeta aqui dentro, principalmente na balança, na importação, como o Bruno disse, estamos trabalhando e os ministérios têm nos apoiado. Os ministérios têm de levar em conta não só a questão do leite, quando vão tratar conosco – o MDIC o MAPA, o MDA –, mas, também, no caso da Argentina, muito mais produtos foram envolvidos nessas relações bilaterais que culminaram, na semana passada, numa reunião entre os governos do Brasil e Argentina, para tentar melhorar a situação.

Só para se ter uma ideia, o câmbio brasileiro, na casa de R\$1,62, um dólar vale R\$1,62, um dólar vale 45.1 pesos argentinos. Então, o ganho de competitividade deles já sai lá na frente, eles já saem muito na frente nossa. Para ter uma noção, os dois mercados referências mundiais são Oceania e Europa. O último dado da Oceania, que é desta semana: o leite em pó integral está na casa de US\$4.100, teve uma alta de US\$50 dólares em cima da quinzena passada; o desnatado, US\$3.863. Na União Europeia, o desnatado está na casa de US\$3.450 e o integral está na casa de US\$4.338. Esses são os últimos preços, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

Outro ponto importante que a gente tem de olhar na questão internacional é que alguns países que são grandes compradores estão no oriente. Os árabes tiveram esses problemas e eles são grandes compradores. Isso afeta de certa forma a demanda. Esses países são demandantes, são produtores de petróleo e compradores. Tanto que, historicamente, há uma forte relação entre o preço do petróleo e o preço do leite em pó internacional. Fora os



países árabes, a Venezuela é um grande produtor de petróleo, um grande importador de leite em pó. O México é um grande produtor de petróleo e um grande importador de leite em pó. Mas só que agora a demanda, mesmo com esses problemas lá, continua relativamente garantida e em crescimento até. A projeção é que a demanda cresça um pouco acima da oferta este ano, o que sustentaria esses preços na casa de US\$4 mil, bem acima da média histórica, antes de 2006, que era US\$2 mil, porque a China continua comprando e ela é o grande comprador e tem muito dinheiro. Tem uma economia crescente, forte, pujante e muita gente demandando.

O consumo *per capita* na China é na ordem de 15 a 20 litros por habitante/ano, é muito baixo. Só que 15 a 20 litros, numa população de mais de bilhão de habitantes. A média mundial é na casa 85 litros por habitante ano. Brasil, 165 litros habitante/ano; Argentina, 200; Uruguai, 200. Esses são os números que nós temos.

O mercado internacional está em um momento que, se pegar a média histórica, não é ruim, os patamares são até elevados. Porém, nós temos um fator câmbio que preocupa. Mas o setor continua trabalhando, não só na defesa comercial, que é na parte de fazer os acordos bilaterais para ter o controle das entradas de leite em pó, mas também atuando, porque a gente acredita que o mundo vive em ciclos, não tem jeito. Nem tudo fica eternamente ruim, nem tudo fica eternamente bom. Então, nós temos que estar sempre preparados para os momentos.

O setor está se preparando e trabalhando para o mercado externo também. Há um projeto setorial integrado do setor leiteiro, junto com a APEX, que está começando, que visa à colocação do Brasil no mercado internacional, a uma exposição melhor do Brasil no mercado internacional, a um posicionamento melhor. Então, a gente visa com isso, no mercado internacional, se efetivar como um *player* importante nesse mercado internacional, com base, com estudos e tudo o mais.

Para finalizar, a questão da IN-51. Acho que é importante ressaltar que o setor produtivo sempre esteve aliado com o Ministério da Agricultura nas discussões, nas conversas sobre os parâmetros de qualidade que estão estabelecidos. Então, sempre houve um bom diálogo e continua dessa forma. A câmara setorial encaminhou uma nota técnica ao Ministério, o Ministério a estudou. A gente tem certeza de que vai continuar conversando com o setor, nunca é uma coisa unilateral, ou seja, o Ministério não impõe uma coisa. Sempre há uma conversa com o setor e acho que isso é muito produtivo. Porque a qualidade do leite tem melhorado muito no Brasil.

Nós temos dados das nossas associadas. Por exemplo, em 2005, a questão da contagem bacteriana, nas nossas associadas, era na casa dos dois milhões de unidades formadoras de colônias/ml. E, agora, nós estamos trabalhando na casa dos 350 mil.



A questão da CCS, que são as células somáticas, é um pouco diferenciada porque a especialização do rebanho também traz consigo uma tendência de um aumento nas células somáticas. Em vacas de maior produção, isso é um fato. Você vai especializando esse rebanho e isso vai acontecendo. A utilização de ordenhas, normalmente ordenhas mecânicas, o produtor não é tão habituado com aquela tecnologia, ele sofre um pouco de falta de conhecimento da tecnologia, e aí, então, pode também ajudar a aumentar um pouco a CCS dele. Mas, na média das nossas associadas, isso tem se mantido estável ao longo do tempo, na casa aí de 550 mil células somáticas/ml também, o que se enquadraria no atual patamar. E no patamar futuro ficaria um pouco distante, mas isso nós estamos conversando com o Mapa e acreditamos que é uma boa conversa e chegaremos a um ponto comum, que daria para o setor trabalhar como um todo e continuar melhorando a qualidade do leite. O importante é isso: a qualidade do leite já melhorou bastante e tende a continuar melhorando, sem exclusão de produtores. Esse é o grande recado que temos que ter. Não há exclusão de produtores. Essa melhoria continuada não tem exclusão de produtores e, por isso, acreditamos que tem que continuar dessa forma.

Então, concluindo, eu gostaria, mais uma vez, Senador Acir, de agradecer a oportunidade de estar aqui, conversar um pouco mais, colocarmos à disposição de Rondônia para auxiliá-los na questão do cooperativismo e para as informações que precisarem, estamos à disposição, Deputado Jesualdo. Quero agradecer a oportunidade de estar aqui para debater.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos, Dr. Gustavo Beduschi, pela sua presença e sua explanação sobre essa questão das cooperativas. Nós entendemos também que o caminho para a agricultura familiar é por meio da cooperativa. Somente por meio da cooperativa, poderemos ter uma renda melhor para os nossos produtores rurais. Espero realmente que o senhor possa estar conosco, dia 15 de julho. Vai ser uma reunião muito importante. Nós queremos reunir nossos produtores rurais do Estado de Rondônia na nossa cidade de Ji-Paraná, onde vamos ter vários palestrantes: nós teremos também o nosso Senador Osmar Dias, que hoje faz parte do Banco do Brasil, da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, que vai fazer uma palestra; dirigentes da Cocamar – é isso, José Luiz? –, que irá conosco a Ji-Paraná demonstrar a importância do cooperativismo, para que possamos despertar nos produtores do Estado de Rondônia, não somente os produtores de leite, mas de vários produtos, a importância de termos cooperativas no Estado de Rondônia.

A população que nos assiste pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado pode participar junto conosco deste debate também pela Internet, o endereço é [www.senado.gov.br/alosenado](http://www.senado.gov.br/alosenado), e pelo Twitter@alosenado, e pelo



telefone 0800612211. Essa ligação é gratuita, tanto pelo telefone fixo quanto pelo telefone celular.

Para nós seguirmos com o nosso debate, convido o Dr. Antônio Fagundes Salomão, Coordenador-Geral para Pecuária e Culturas Permanentes do Mapa.

Por gentileza, o senhor está com a palavra. E agradecemos, de antemão, sua presença para debatermos um assunto tão importante para os nossos agricultores e também para os nossos consumidores.

**O SR. JOÃO ANTÔNIO FAGUNDES SALOMÃO** – Eu começo agradecendo o convite da Comissão, formulado pelo Presidente Senador Acir Gurgacz, cumprimento os demais colegas de Mesa pelas explanações já feitas até agora. Vou aproveitar boa parte dessas explanações na minha exposição dos *slides* iniciais. Isso vai facilitar até para otimizar meu tempo.

Meu nome é João Salomão, como foi apresentado, e trabalho no Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário do Ministério da Agricultura, que tem, entre as competências, acompanhar o mercado do setor lácteo também.

A primeira parte da minha apresentação é mais uma mostra da situação do mercado de leite, que já foi boa parte abordada, e em cima disso discutir as políticas do Ministério para esse setor que fundamentalmente vão refletir no preço, como estamos discutindo. O Ministério da Agricultura vai dividir, vai usar o tempo de duas áreas, depois o colega Marcius vai falar especificamente da área de defesa sanitária, abordando essa questão da IN 51.

Pode passar.

Então, o Ministério, não poderia ser diferente, reconhece a importância desse setor, importância econômica e social do setor de leite. São 1.350 estabelecimentos que trabalham com leite, basicamente agricultores familiares, como já foi destacado, com um valor de produção em torno de R\$15 bilhões, exercido grande parte nos Municípios brasileiros. Acho que aí vem uma questão importante. O setor indo bem, os Municípios também vão bem. E a realidade do setor de leite se faz muito nos Municípios, e um pouco do que estamos discutindo aqui é a realidade, às vezes, de Municípios, realidade de regiões, porque se formam as bacias leiteiras. Então, a importância desse setor, às vezes, nos Municípios, especificamente.

Próximo.

Aqui, para dar uma ideia geral da produção de leite no mundo, já foram apresentados aí alguns números, mas a produção mundial, segundo os dados do USA, dos Estados Unidos, tende aí a uma estabilidade, uma pequena redução. Alguns países tradicionais produtores tendem à estabilidade, como os Estados Unidos, União Europeia; o Brasil, crescendo sua produção na faixa de 5%, do ano 2010 sobre 2009; Índia, que tem surgido como um país com potencial para aumentar sua produção, estamos observando aí alguns



movimentos de empresas grandes de capital estrangeiro com intenção de investir na Índia para a produção de leite; a Argentina também estabilizada; Austrália também estabilizada; e Nova Zelândia com aumento em cima de produtividade.

Próximo.

Aí, já foram abordados pelo Gustavo, os preços internacionais do leite em pó integral. Houve aquele aumento grande em 2007/2008, depois retornou a um preço nos níveis de 2005 e, agora, de novo, uma pequena retração. Isso aí tem impacto nas possibilidades de exportação do leite brasileiro e também nas importações. Com o nosso mercado, a nossa economia crescendo acima de tradicionais países, nós passamos a ser vistos como consumidores. Nós temos que lembrar que nós temos quase 200 milhões de consumidores com poder aquisitivo em alta, então é natural que os olhos do mundo se voltem para esse mercado consumidor. E não é só no caso do leite, estamos vendo isso também em outros setores específicos.

Próximo.

Mais uma vez, a produção de leite no Brasil – já foi dado o número aqui –, nós crescemos 4,3% ao ano. É um crescimento acima do crescimento da população, mas que tem sido absorvido no mercado interno basicamente, uma vez que nós vamos ver que os preços não têm recuado tanto aos produtores. Isso, mais uma vez, em cima da demanda interna de produtos. E, no caso aqui, estamos falando passando um pouco da demanda de leite fluido para alimentos processados, que é resultado do aumento de renda média da população brasileira.

Próximo.

Esse já foi apresentado com bastante detalhe pelo Gustavo, a variação de preços, índices de captação.

Próximo.

E aqui aquela relação que foi apresentada aqui: a questão do custo de produção. Então, de fato, nós estamos num momento de baixa, o preço do leite hoje está comprando em torno de 1,5 quilos de ração, o que já chegou aí a 2,2. E isso, basicamente, é questão de mão de obra e aí podemos ver o preço do milho. Então, o milho, do ano passado para cá, teve um aumento muito acentuado e isso é no mercado internacional, inclusive. Há todas as explicações em função das demandas mundiais, americanas para a fabricação de etanol entre outras. Mas a produção brasileira, hoje – precisão estimada, a que temos para a previsão da safra –, é suficiente para abastecer o consumo de milho no País.

Esse gráfico, Gustavo, acho que estava um pouco naquela linha abordada. Esse é um comparativo (de base 100), em dezembro de 2001, de variação de preço ao produtor e ao consumidor visto pelo IPCA. Isso aqui é a média nacional. Então, dá para ver que o preço ao produtor tem variado mais



que ao consumidor. Isso aqui são dados do IPCA. Claro que isso aqui tem toda questão de base. Não vou dizer que o produtor está ganhando bem, não vou entrar nesse mérito. Mas o fato é que, naquela discussão sobre rentabilidade e onde está a margem de lucro, dá para inferir, por esse gráfico que as margens no atacado estão apertadas, ou seja, não se está conseguindo repassar todo aumento de preço que houve ao produtor aos consumidores. E aqui a relação mais direta, de fato, é o leite pasteurizado. Esses são dados retirados do IPCA.

As exportações de leite também já foram bastante abordadas. Aqui são toneladas. Saímos de uma condição de exportador, a partir de 2004, e voltamos à situação de importador de leite, principalmente em função de questões cambiais que explicam isso aí.

Eu fiz como se fosse um desafio, mas é um desafio mais de futuro e que, de certa forma, já foi abordado pelos colegas que me antecederam que é o de termos uma produção que hoje cresce acima do crescimento da população. Se se seguir nesse ritmo, e temos condições de seguir em ritmo até maior (vamos ver depois que nossa produtividade ainda é baixa), nós teremos de buscar alternativas para essa produção que cresce a cada ano.

Essa questão vai ser abordada mais tarde, mas uma das questões consideradas em relação à perspectiva de se exportar e de buscar mercados, como estamos conversando – e essa, sem dúvida, tem de ser uma meta, pois temos de nos preparar para buscar mercados. Mais uma vez empresas, que já visualizam o Brasil como plataforma de produção de exportador de leite. Existem investimentos vindos para o Brasil. Mas, ainda em relação aos principais produtores, apesar de nossa melhoria que vem em relação à contagem de células somáticas, nós ainda estamos um pouco – não diria – atrás, mas não somos tão competitivos por esse quesito. E, aí, o setor privado, naturalmente, já vem tomando suas medidas, tem interesse de melhorar a qualidade de seu produto. Digo que toda empresa tem interesse de melhorar a qualidade de seu produto e não é diferente na questão do leite.

E, aí, vamos à questão da produtividade. Aqui são os dados dos USA e, depois, vêm-se com os dados do IBGE que batem com os dados que foram informados aqui. Então, nós temos produção de 5.700 – na verdade, eles usam quilos – e, no Brasil, 1.700.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – E qual é o comparativo?

**O SR. JOÃO ANTÔNIO FAGUNDES SALOMÃO** – O comparativo é produção anual por animal. Então, começamos a entrar aqui na Argentina e, depois, tem outros dados lá. A Argentina já vai em torno de 5.000 litros por animal/ano. Então, aqui eu considero que nós temos um grande desafio e esse desafio exatamente está ligado ao custo de produção. Nós podemos aumentar nossa produção sem aumentar o custo na mesma proporção, com certeza.



E aqui vem o gráfico específico do Brasil. Esse é o número do IBGE. É bem diferente do número dos Estados Unidos, mas é o número que vem tratado no IBGE. A nossa média brasileira é de 1.300 litros, praticamente, por animal/ano. Isso aqui, se considerarmos um período de lactação de 240 a 250 dias, seria em torno de cinco litros por animal/dia – animal em lactação; Santa Catarina em torno de nove. Se baixarmos aqui, na região Norte (a que estamos discutindo e me parece que Rondônia está mais ou menos nessa faixa), falamos em algo perto de dois litros por animal/dia. Então, realmente, é uma produtividade muito baixa e isso está envolvido no custo de produção – não tenha dúvida.

E temos algumas formas de buscar aumentar essa produtividade e esse é um dos caminhos que entendemos devam ser buscados.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas, como o Ministério, Dr. João, pode ajudar a população de Rondônia a melhorar sua produtividade? Existe uma política nesse sentido ou há apenas um estímulo por intermédio da informação? Nós não preferimos uma política de estímulo e a assistência técnica...

**O SR. JOÃO ANTÔNIO FAGUNDES SALOMÃO** – Nós vamos chegar mais à frente e veremos, dentro das competências do Ministério, o que ele tem em seus programas que, basicamente, são linhas de financiamento, ligadas à melhoria da produtividade do rebanho.

Então, isso explica, a questão cambial e produtividade da Argentina mais alta e com a dificuldade de exportação ao mercado lá fora, nosso País vira, sem dúvida, um grande mercado a ser conquistado. E, aí, essa iniciativa de um acordo privado tem a sua validade, naturalmente.

Também, dentro dessa linha, nos últimos dias saíram algumas notícias sobre a perspectiva de acordos entre Mercosul, Nova Zelândia e a região da Oceania. Por serem os maiores exportadores mundiais de leite, certamente estão pensando também em nosso grande mercado consumidor.

E, aí, então, vêm as ações que nós temos em nosso Plano Agrícola Agropecuário para o setor de leite.

Então, nossas linhas de financiamento.

Hoje, nós temos todas as linhas de financiamento à disposição do setor. Temos linhas para custeio, temos linhas de investimento, temos linhas para comercialização. Naturalmente, nosso público é abrangente, não é especificamente da agricultura familiar que, certamente, tem linhas em condições mais favorecidas para o setor. Essa é a regra do Crédito Rural para toda agricultura. Então, temos limite de 275 e a taxa de juro de 6,75% ao ano. É uma taxa maior do que as taxas do Pronaf; mas, em relação às taxas praticadas no mercado, ainda é uma taxa de juros bastante acessível.

E destaco um pouco, aproveitando que o tema está em debate, o Ministério da Agricultura tem sempre buscado ações positivas em relação à





conservação do meio ambiente, ao invés de ações punitivas. Então, proporcionamos um aumento de 15% – e que pode chegar até 30% – àqueles produtores que apresentarem sua adimplência legal: que comprovem a Área de Conservação Permanente, que comprova Reserva Legal. Então, ele tem direito ao acréscimo no limite de custeio, assim como outros mecanismos relacionados à “razabilidade” e à proteção de preços.

O EGF, que é um recurso de comercialização bastante utilizado pelo setor, no último Plano Agrícola, foi aumentado de 20 para 30 milhões por CNPJ. Esses são recursos utilizados, basicamente, pelas cooperativas e indústrias.

Os preços mínimos, praticados pelo Ministério da Agricultura, vêm em evolução: 54 centavos é o preço em vigência. E 47 para a região norte e nordeste.

O Programa Moderagro é de investimento que contempla outros setores, mas, também, o setor do leite tem limite de 300 mil por beneficiário, oito anos de prazo com três de carência e também 6,75% ao ano de taxa de juros. Por esse Programa é possível financiar o tanque de resfriamento, ensilagem, curral e alguns itens relacionados à produção de leite.

O Programa Nacional do Médio Agricultor visa atender...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. JOÃO ANTÔNIO FAGUNDES SALOMÃO** – Acabou meu tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, pode continuar.

**O SR. JOÃO ANTÔNIO FAGUNDES SALOMÃO** – Que visa a atender aquele grupo de produtores que não estão enquadrados no Pronaf e também tem alguma dificuldade de acesso às linhas de financiamento do crédito de forma geral. Ele tem uma taxa de juros menor, de 6,25% ao ano; um crédito rotativo de 50 mil, com um prazo de oito anos para pagamento e três de carência. Aqui pode ser tanto para investimento quanto para custeio essa linha de financiamento

Próximo. No total do crédito rural, em 2010, foram aplicados em torno de R\$2 bilhões no setor leiteiro. Basicamente, dois bilhões só na parte de comercialização; 1,5 bilhão em investimento e 1,6 bilhão em custeio. Aqui na comercialização: IGF, NPR e duplicata rural. Então, é um recurso bastante considerável de apoio ao setor.

Aqui algumas ações do passado. Quer dizer, já utilizamos no passado um prêmio de escoamento de produto, em 2009, que é um recurso que o Governo destina, em forma de leilão, para escoar a produção de uma região para outra. Aqui, na época, foram 20 milhões, hoje, está em trinta. Existe uma



proposta de passar para 40 milhões, naquele período de pós-crise de 2008. Criamos também uma linha especial de comercialização a um preço referência de 55 centavos, quando, na época, o preço mínimo estava em 48 centavos. Então, isso deu mais recurso, mais capital de giro para as empresas à época.

Aqui mostra uma viagem que fizemos a Nova Zelândia, para dar um exemplo de que como são os nossos concorrentes. É uma foto bastante amadora, mas olha como eles produzem lá, esses que estão querendo fazer um acordo com a gente. Três mil, quatro mil animais num rebanho totalmente a pasto; um tratador cuida de quatrocentos animais, tudo com cerca elétrica, automatizado. E esses são os maiores exportadores mundiais de leite hoje e que estão de olho em nosso mercado.

Então, nós temos aí um desafio relacionado à produtividade, a custo de produção, porque o nosso mercado hoje está sendo olhado com bons olhos por muita gente aí fora. Lembro-me, inclusive – o Vilson está aqui e esteve presente nessa viagem –, que nós perguntamos para um produtor de leite que conheceu o Brasil o que ele mais queria do Brasil. Ele disse que queria as nossas condições climáticas, de solo e o mercado consumidor, porque, na Nova Zelândia, eles não têm mercado consumidor e mais de 90% do leite é exportado. Então, vejam bem, eles valorizam muito a nossa condição, o nosso potencial de competitividade.

Aqui também uma cooperativa de leite de lá. Essa cooperativa capta leite a uma distância máxima de 6km. Eles andam com carretas dentro das propriedades. Então, esses aí são os nossos concorrentes.

Aqui, como estávamos falando de exportações, me chamou a atenção esses números do sorvete, que também tem como componente o leite. Olhem como crescem as exportações também da Argentina: 23 mil toneladas; coisa de 6 para 23; total de 2 para 13. O nosso mercado cresceu, e o que puderem mandar para nós, eles vão aproveitar essa oportunidade.

Aqui termino, agradecendo, mais uma vez, a oportunidade e permaneço à disposição dos senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. João Antônio.

É evidente que nós precisamos aumentar nossa produtividade. Para isso, nós precisamos, Dr. Marcius, levar tecnologia ao campo. Esse é o debate que nós iniciamos aqui desde o primeiro em que começamos a trabalhar na Comissão de Agricultura. Para que o nosso produtor possa ter acesso a essas linhas de crédito, que ainda no meu entendimento, têm juros altos, ele precisa ter o documento de sua terra. A legalização fundiária é um problema no nosso País, principalmente na nossa região Amazônica e no nosso Estado de Rondônia.

Ontem, conversando com o Ministro Afonso, com os técnicos, com o Guedes, eles disseram que, no máximo em 2012, os nossos produtores todos



terão documento das suas áreas, de suas terras. Isso é um avanço muito grande, porque, sem ele, o nosso produtor não tem condições de ter acesso ao crédito, não tem condições de ter acesso a programas do Governo, e, evidentemente, não consegue melhorar sua produtividade. Nós vimos aqui, mesmo por fotografia, como a Nova Zelândia, um dos maiores produtores de leite, tem a tecnologia ao campo diretamente. Nós precisamos ter isso também na nossa região. Mas, infelizmente hoje, nós temos problemas; a população rural tem problema principalmente com a legalização. O próprio Código Florestal de hoje penaliza o nosso produtor rural. Nós esperamos poder contribuir e dar à população rural a nossa contribuição no sentido de colocar à disposição um código florestal que venha a ajudar os nossos produtores rurais. Essa é a grande expectativa.

Passo a palavra agora ao Dr. Marcius Ribeiro, já pedindo que ele nos coloque com muita clareza como é que a Instrução Normativa nº 51 poderá ajudar os produtores de leite no Brasil e se isso também vai dar um ganho ao consumidor também, o que também é uma preocupação grande que temos aqui na Comissão de Agricultura.

Então com a palavra o Dr. Marcius Ribeiro de Freitas. Muito obrigado pela sua presença conosco.

**O SR. MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS** – Boa tarde a todos.

Senador, em nome do Ministério da Agricultura, quero agradecer ao convite e a oportunidade de estar aqui debatendo esse assunto. Aproveitamos para nos colocar à disposição, nós do Dipoa, juntamente com os colegas da divisão de inspeção do leite, para que, em futuros debates, em futuros eventos, possamos participar e debater esse que consideramos realmente muito importante, tanto para a cadeia do produtor, quanto para o consumidor final.

Inicialmente, eu gostaria de fazer alguns comentários de natureza técnica para fins de esclarecimentos aos componentes da Mesa e àqueles que estão nos assistindo.

Com relação ao processamento térmico do leite UHT, eu queria falar que esse leite sofre um processamento térmico em torno de 130° por 2 ou 3 segundos. Basicamente as suas características nutricionais não diferem da do leite pasteurizado que é colocado no mercado também.

O segundo ponto que eu queria esclarecer é que a instrução normativa foi editada em 2002 e está em vigor desde aquela data, com a primeira etapa a entrar em vigência a partir de julho de 2005, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e, em 2007, nas regiões Norte e Nordeste.

Com relação ao custo do SIF, a gente pode dizer que o Ministério da Agricultura, através do Dipoa, do serviço da Polícia Federal, não faz nenhuma cobrança de nenhum tipo de taxa ou despesa para qualquer registro, análise ou deslocamento de seus técnicos para verifica a construção do



estabelecimento. É lógico que existem alguns requisitos exigidos, requisitos universalizados que permitam que o leite ao chegar ao consumidor mantenha sua estabilidade e conformidade do ponto de vista de inocuidade e de segurança nutricional ao consumidor.

Iniciando sobre IN 51, que já foi muito bem debatida e falada, queria fazer um breve histórico de como surgiu a IN 51. Nos anos de 95, 96, um grupo de pessoas, técnicos da Embrapa, do Ministério da Agricultura, do setor rural produtivo, das academias, universidades, setor industrial e consumidores, se reuniram e começaram a discutir que o leite brasileiro precisava de um programa de valorização do produtor e da qualidade do leite brasileiro. Isso foi evoluindo e surgiu, em 2002, a Instrução Normativa 51, que foi um elo de toda a cadeia que deveria ser também movimentada, que incluiria a extensão rural, assistência técnica, a questão da infraestrutura, que é o suporte energético às questões das vias vicinais de acesso às propriedades rurais.

Com IN 51, também houve a criação de outros laboratórios muito bem montados, com equipamentos doados pelo Ministério da Agricultura, localizados em entidades governamentais, na Embrapa, universidades federais, localizados estrategicamente em oito regiões do Brasil: laboratórios de Porto Alegre, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, dois em Minas Gerais – Belo Horizonte e Juiz de Fora –, Recife e Goiânia. Já está previsto, e as máquinas adquiridas e doadas para o laboratório de Rondônia, que será na unidade da Embrapa Rondônia, e o laboratório de Belém, Pará, outro laboratório que está em vias de ser cadastrado, credenciado pelo Ministério da Agricultura. E dois laboratórios em vias finais de credenciamento, que são o laboratório unidade da Embrapa Pelotas e o da Univats, em Lajeado, Rio Grande do Sul.

Então, o que é a 51? A 51 é um programa de qualidade do leite brasileiro; foi pensado para entrar em vigência em três etapas: 1º de julho de 2005, 2008 e 2011, nas Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste; e 2007, 2010 e a partir de 2012, nas Regiões Norte e Nordeste. Na verdade, qual é a finalidade? Melhorar a qualidade do leite. O Ministério da Agricultura, em nenhum momento, fala na exclusão do produtor da rigorosidade dos valores. Na verdade, a gente quer e estamos abertos à discussão desses valores. É aquilo que o colega Salomão mostrou, que possamos chegar a um patamar adequado de contagem de células somáticas e células bacterianas no mesmo patamar dos grandes produtores, para que possamos ter um mercado mais aberto de venda que possa reverter em valor para o produtor de leite.

Basicamente, por que nós do Ministério da Agricultura entendemos que ainda não chegamos a este patamar previsto para entrar em vigor a partir de 1º de julho? A gente entende que ainda falta algo muito importante, está faltando ao produtor o suporte energético, eletrificação rural ou, se ele tem eletrificação rural, esse aporte não é suficiente para demandar um refrigerador, um tanque de expansão. Faltam estradas vicinais para retirar o leite das



fazendas, o que gera acúmulo de caminhões na beira da estrada porque os caminhões de maior porte não conseguem entrar na propriedade para fazer a colheita do leite. A questão do financiamento ao produtor para que ele possa ter condições de adquirir tanques de expansão e aí sim tecnificar sua produção; o financiamento ao produtor para que ele possa melhorar o seu rebanho, tanto os animais, o rebanho, quanto as questões das pastagens, a nutrição animal. O Ministério da Agricultura no âmbito do serviço de inspeção federal é apenas um elo da cadeia responsável por estipular os valores e parâmetros necessários para que o produto tenha estabilidade e garantia de melhor alcance no mercado internacional e ofertar produto de melhor qualidade ao consumidor brasileiro.

Basicamente, são essas as questões que vimos colocar e participar da discussão, dos debates para esclarecer tanto os companheiros da Mesa quanto aqueles que estão nos assistindo pela televisão ou aqui no plenário. Era isso que gostaríamos de falar e estamos à disposição para qualquer assunto ou debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Marcius.

Com relação a esse laboratório da Embrapa para Rondônia, ele ainda está em fase de instalação? O senhor tem alguma informação para o nosso produtor?

**O SR. MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS** – Os equipamentos já foram adquiridos pelo Ministério da Agricultura via recursos do Mapa, já foram alocados e estão na Embrapa de Rondônia. Porto Velho.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Temos Porto Velho, Ouro Preto...

**O SR. MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS** – Porto Velho, apenas para fins de instalações físicas...

Apenas para fins de adequação das instalações físicas para que as máquinas possam ser instaladas e entrar em operação.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito bem. Agradecemos ao Dr. Marcius e lembramos aos nossos telespectadores e ouvintes da Rádio Senado que aqueles que quiserem participar do nosso debate podem fazê-lo pela Internet, pelo endereço [www.senado.gov.br/alosenado](http://www.senado.gov.br/alosenado), ou pelo Twitter @alosenado, ou ainda pelo telefone 0800 612211, ligação gratuita. A primeira pergunta veio de Mato Grosso, de Nova Lacerda, feita por Vandeir Alves Fernandes, que pergunta ao Dr. João, do Ministério da Agricultura.

Ele diz: o Sr. Bruno Barcelos, representante da CNA, reconheceu que devido à seca, que está se aproximando, o preço do leite foi reajustado, uma vez que houve redução da produção, porém afirma que no Estado de Mato Grosso a realidade é outra. Segundo ele, o preço do leite é de sessenta centavos, e em outros Estados cobram-se setenta e nove centavos pelo produto.



Nesse sentido, o cidadão afirma que tal diferença de preço deveria ser fiscalizada. Teria como fiscalizar ou ter interferência do governo com relação ao preço do leite pago ao produtor, Dr. João?

**O SR. JOÃO ANTÔNIO FAGUNDES SALOMÃO** – Agradecemos a pergunta. Na verdade, como o Gustavo colocou, o preço reflete a situação no Estado, oferta e demanda. Esse preço médio é preço Brasil, das principais regiões produtoras. O Ministério da Agricultura tem instrumentos de atuação no mercado apenas quando o preço de mercado está abaixo do preço mínimo. O preço mínimo hoje é de cinquenta e dois centavos para a região Centro-Oeste. Esse é o preço balizado por cálculos da Conab; são preços que nos permitem atuar. E nossa política de garantia de preço mínimo só nos permite atuar quando os preços estiverem abaixo desse preço mínimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Temos aqui um vídeo do Lázaro Dobri, Presidente da Fetagro no Estado de Rondônia, que não pode participar pessoalmente, mas enviou um vídeo com uma explanação e também algumas indagações.

**O SR. LÁZARO APARECIDO DOBRI** – *(em vídeo)* ...o nosso Senador Acir Gurgacz, que é o Presidente da Comissão, e a todos os presentes.

Eu sou Lázaro, Presidente da Federação de Trabalhadores em Agricultura em Rondônia, e desde já quero agradecer a oportunidade de poder expressar a opinião dos nossos produtores de leite aqui do Estado. A nossa produção no Estado de Rondônia começa quase que espontaneamente dada a necessidade dos produtores, nos anos de 90 para cá de produzir alternativas de renda para a família. Isso fez com que dadas as circunstâncias dos financiamentos trazidos pelo governo federal da época começou-se a trabalhar a cadeia produtiva do leite aqui em Rondônia. Nós não tínhamos indústrias, que começam nos anos 90, e isso foi estimulando. Os governos dos Estados começaram a incentivar também o setor de indústrias e isso fez com que os produtores produzissem. Cada vez mais, o Estado de Rondônia, mesmo sendo dos Estados mais novos nessa cadeia produtiva do leite, é dos Estados do Norte que tem a maior produção de leite. Isso faz do leite a maior economia do Estado de Rondônia. Porém, temos algumas deficiências e problemas enfrentados ao longo dessa história e continuamos enfrentando problemas na cadeia produtiva do leite.

Uma coisa que nós devemos entender é a importância que precisa ter o relacionamento entre o setor de indústria e o setor produtivo. Existe uma desconfiança muito grande entre um setor e outro justamente porque não há clareza, não há abertura, não há posicionamento claro desse modelo de produção. Consequentemente, as indústrias acabam oprimindo os trabalhadores, oprimindo o setor produtivo, de uma forma geral.

Hoje, no Estado, por exemplo, nós não sabemos quanto recebemos pelo nosso leite. Nós entregamos o leite durante quarenta, cinquenta



e, em algumas regiões do Estado, até sessenta dias sem saber qual é o preço que nós vamos receber no mês seguinte. Esse é um dos principais problemas que nós temos. Além de o preço, segundo informações – isso é normal –, ser gerado pelo mercado, é preciso haver uma clareza dos setores para que o produtor possa ter firmeza no que produz.

Nós temos encontrado aqui no Estado, ao longo dos anos... Houve, inclusive, várias mobilizações do setor produtivo reivindicando preços dos laticínios, porém essas reivindicações têm o cunho de fortalecer a cadeia produtiva e não de descaracterizá-la, querendo gerar conflito entre um setor e outro.

É importante saber que a indústria não vive sem os produtores, e os produtores precisam da indústria. Agora, esse relacionamento tem que ser tratado de uma forma aberta.

A última paralisação que nós tivemos foi uma grande batalha, com piquetes, com mobilizações em todo o Estado, e gerou-se uma CPI aqui no Estado. Essa CPI reafirmou uma proposição que nós, como movimento, e os próprios laticínios tínhamos de se criar, no Estado de Rondônia, um conselho, ou seja, o Conseleite, que pudesse regular um pouco essa cadeia produtiva e pudesse democratizá-la.

Então, desde 2008, estamos batalhando pela criação desse conselho, mas, infelizmente, nós não conseguimos ainda efetivar a sua criação. Começou-se a trabalhar em 2009, em 2010, mas, infelizmente, não conseguimos efetivá-la, justamente porque as empresas têm dificuldade em abrir as suas contabilidades, abrir as suas formas de trabalho, o seu comércio, para a Universidade do Paraná, mesmo sabendo que a Universidade do Paraná é uma empresa contratada pelo Governo do Estado, por meio da Câmara Setorial do Leite, que vai manter todo o sigilo, como é mantido em todos os outros Estados. E aqui nós não conseguimos.

Vou dar um exemplo. O Estado do Mato Grosso começou, depois de Rondônia, a criar o conselho e já o criou. Ainda ontem, aqui no Estado, Senador Gurgacz, nós realizamos uma reunião na Federação em que a Universidade veio expor a dificuldade que está encontrando. Estava presente o Presidente do Sindicato dos Laticínios, Sr. Pedro Berteli, que citou a dificuldade que há de convencer as empresas a participarem. Quatro ou cinco empresas começaram, em alguns meses, a passar alguns dados, mas não passaram mais.

Nós precisamos ter certeza de por quanto é vendido esse produto. Nós não precisamos ter segredo um com o outro. Nós sabemos, quando nós recebemos. O mais difícil é não sabermos, no mês seguinte, se esse leite vai baixar ou não, justamente porque não há clareza. Não vou dizer que não é honestidade. Vou dizer que falta democracia na cadeia produtiva.

Precisamos que o Governo do Estado se envolva cada vez mais nesse setor e que o Governo Federal tenha uma forma mais clara de dar



prioridade ao produto brasileiro, sem deixar que venha de outros Estados, de outros países, por exemplo, tanto produto lácteo que prejudica o preço aqui no País.

Outro fator importante é analisarmos a situação. Essa falta de clareza faz com que o produtor não saiba quanto vai receber. Quando recebe, é o menor preço da cadeia produtiva. Isso nós já sabemos, porque, no Conseleite, a Universidade já fez um estudo de produção dos produtores. Não sabemos quanto vamos receber, e o preço é baixo para o produtor. Quando o produto vai para a prateleira do supermercado, o consumidor paga um preço exorbitante, segundo o nosso conceito, porque nós não temos conhecimento da cadeia.

Se a gente não conseguir criar esse conselho, nós vamos viver, ao longo dos anos, uma insegurança do setor produtivo.

Nós queremos criar o conselho para não precisarmos mais ir para a porta dos laticínios fazer greve, nem o produtor desanimar e vender vaca. O conselho vai poder dar para nós uma regulação para sabermos quanto vai ser o preço do leite no mês que vem, qual será a perspectiva para o próximo mês. Isso, consequentemente, dá sustentabilidade para o setor. Se isso não acontecer, nós vamos viver na insegurança e vai haver, cada vez mais, uma briga entre produtor e empresa, o que não vai fortalecer nada. Não adianta achar que é o sindicato ou a federação que mobiliza greve. O que mobiliza greve é o preço da mercadoria, porque o produtor está esperando receber R\$0,70 e recebe R\$0,40, recebe R\$0,50, sem ser avisado. Nem um aviso vai para o produtor.

Então, o conselho vai-nos dar a oportunidade de, a todo mês, sentar com a câmara técnica, avaliando o setor e dando números do setor produtivo e do setor da indústria. É claro que cada indústria tem os seus segredos, mas isso vai ficar com a Universidade. Nós não precisamos saber disso. Nós só precisamos saber quanto vai ser pago pelo nosso leite e por quanto vai ser vendido o queijo no próximo ano ou no próximo mês.

O leite, hoje, no Estado de Rondônia, varia muito, dependendo da região. O preço aqui no Estado gira em torno de R\$0,55 a R\$0,65. Neste mês, está sendo isso e, no mês passado, ficou nesse patamar. Aí, ao se chegar à prateleira do supermercado, o preço do leite de pacotinho – como nós chamamos aqui – é de R\$1,70, R\$1,80, R\$1,90. Por não haver essa clareza, percebemos que existe uma forma de – não diria escravizar – submeter os produtores, justamente por falta de outras políticas públicas, a entregarem o seu leite a qualquer preço aqui no Estado.

O mais difícil... Volto a repetir que nós cobramos da Assembléia Legislativa aqui do Estado – o Deputado Jesualdo Pires deve estar aí presente – e também dele, na última CPI, um instrumento que regule essa cadeia. Se não for o Conseleite, nós precisamos de outros instrumentos no Estado e no Brasil que possam regular essa cadeia. O empresário não pode ser maior que o





produtor, e o produtor não quer ser maior que o empresário. Agora, nós temos que ter conhecimento das duas fontes de produção e, conseqüentemente, fazer com que, hoje, a maior fonte de produção do Estado de Rondônia, que é o leite, possa dar rentabilidade para a família. É isso que nós queremos. Nós não queremos que acabem com o setor leiteiro; muito pelo contrário.

Nós precisamos sair, hoje, no Estado de Rondônia, de uma produtividade baixíssima, que ainda ocorre no Estado, para uma produtividade maior, como ocorre em outros Estados no sul do País, que faz com que custo de produção diminua. Hoje, ainda somos um setor cuja produtividade é de quatro ou, no máximo, cinco litros de leite de vaca. Isso não é... Isso é produção de cabrita no Nordeste.

Então, nós precisamos que o Governo do Estado invista, que o Governo Federal invista no setor, para que possamos fortalecer esse setor aqui no Estado. Tenho certeza de que nós, dada a nossa geografia, dada a nossa realidade, dada a saída que nós temos para o Pacífico, vamos ter um setor muito fortalecido para o Brasil e não só para o Estado de Rondônia.

Ressalto outro ponto importante, para encerrar. É necessário fazer com que as empresas e o Governo do Estado possam, cada vez mais, investir em divulgação, em *marketing* para esse setor. Nós vemos propaganda de tudo quanto é produto, de sucos, de bebidas, até de cachaça há propagandas, mas não temos propaganda no Brasil e principalmente no Estado de Rondônia desse setor, que é muito importante e que precisa, cada vez mais, ser propagado, para que a população passe a consumir o produto.

Era isso. Muito obrigado.

Uma boa audiência para todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Lazinho, pela sua participação. Lázaro – nós o chamamos de Lazinho – é o Presidente da Fetagro. As suas considerações são sempre muito importantes e pertinentes com relação ao nosso produtor.

Talvez uma das soluções, Dr. Gustavo, seja a criação de cooperativas em Rondônia para fortalecer o nosso produtor rural.

Precisamos conversar sobre esse assunto, Lazinho, e já o convido para, no dia 15 de julho, junto com toda a diretoria da Fetagro e principalmente com os associados da Fetagro, participar deste evento tão importante, que é o debate que vamos fazer em Ji-Paraná sobre o cooperativismo ou a importância do cooperativismo para a

Ou a importância do cooperativismo para a vida do nosso produtor rural.

Conto com a sua presença e, principalmente, com todos os associados da Fetagro.

Nós temos outras perguntas que eu passo a ler. Do Paulo César Negreiros, do Estado do Rio de Janeiro, da cidade do Rio de Janeiro: “O que



pode ser feito para que o leite pasteurizado possa retornar ao mercado, uma vez que esse tipo de leite tem o preço menor e é mais nutritivo que o leite, por exemplo, UHT?”

Quem pode nos responder? João, Gustavo do MDA, pode nos dar um...?

**O SR. GUSTAVO DE VICENZO VALONE** – Posso.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Pois não, Gustavo, depois o Deputado gostaria de ...

**O SR. GUSTAVO DE VICENZO VALONE** – Eu posso dar um posicionamento, mas acho que todos nós temos a mesma visão. Essa é uma gestão de hábito de consumo. Ele está falando de Rio de Janeiro, mas se você for à região Norte ou Nordeste: por que é mais consumido o leite em pó e o UHT lá hoje? Por causa da logística, é muito mais fácil, você leva o leite em pó, tem um prazo de validade maior, você leva um UHT que, apesar de você carregar água ou produzir lá, você tem prazo de validade maior, e essa facilidade criou o hábito de consumo na população. Hoje em dia você vai ao supermercado, compra uma caixa de leite, tem trinta dias. Imagina se você tiver que ir a padaria todo dia comprar leite. Então essa facilidade que tornou isso.

Existe uma certa divergência quanto à qualidade superior do leite pasteurizado em relação ao UHT. Assim, não é para ter diferença nenhuma de qualidade entre um leite e outro, como o Dr. Marcius citou, mas a gente percebe que o leite UHT é mais, “aguado”, todo mundo que toma percebe isso.

A minha visão particular, agora não como Ministério, que existem algumas marcas que fraudam. E existem mesmo. Não sei quais nem onde nem quando, mas que tem soro em alguns tem. Essa é a questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Gustavo.

Deputado Jesualdo.

**O SR. JESUALDO PIRES** – Só para contribuir, Senador.

Não quero polemizar com o Dr. Marcius, mas é claro que tem, sim, diferença entre o leite pasteurizado, tanto é que nos países desenvolvidos eles não aceitam praticamente o uso do leite UHT.

Em relação a essa questão do telespectador, existem alternativas, Senador, inclusive em países bem mais pobres que o nosso, como no caso da Bolívia, eles têm embalagens longa vida de leite pasteurizado, leite que pode ficar até 90 dias, numa embalagem um pouco mais espessa, com camadas de plástico, em que o leite pasteurizado é conservado por até 90 dias. O Dr. Gustavo me dizia que até seis meses, parece-me. Então, há alternativa sim de você melhorar a embalagem do leite pasteurizado, que hoje é muito frágil, os comerciantes reclamam que estoura, mas, de qualquer forma, eu acho que há saída sim. E é claro que precisamos incentivar a volta do leite pasteurizado, porque o custo é menor, o acesso mais fácil. Os laticínios que envasam o leite



pasteurizado são muito simples, qualquer cidade. O Município de Ariquemes, por exemplo, Senador, cujo Governador hoje, Confúcio Moura, era prefeito, eles instalaram lá um pequeno laticínio, para envasar leite pasteurizado e esse leite era distribuído para merenda escolar, hospital, e com custo de 50% do valor do leite UHT ou leite em pó.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Deputado.

Dr. Gustavo Beduschi, por favor, pode colocar a sua opinião, que para nós é importante.

**O SR. GUSTAVO BEDUSCHI** – Bom, eu reforço a fala do Gustavo Valoni, do MDA, que isso é um hábito de consumo da população. É uma coisa difícil de mudar. Esse pasteurizado que o senhor cita também não é um pasteurizado simples, é um ultra pasteurizado, é um processo um pouco diferenciado também.

A questão da embalagem, hoje a patente da marca sueca já foi quebrada, já existem outras no mercado

Tentando se estabelecer, há um processo, é difícil, eu sei, mas há um processo nisso daí. Mudar..., eu acho que não é tão simples mudar um hábito da população.

Eu acho que a questão de ver o leite fluido, o leite fluido, o crescimento do consumo per capita dele é praticamente zero. Economicamente, no economês falando, ele é inelástico, aumenta a renda da população, mas não vai aumentar o consumo disso. O que vai impactar, o que temos que pensar em impacto de consumo e lactos em geral, como queijos, no mais, mas que está aumentando consistentemente com a melhora na economia brasileira.

A relação do consumo com o PIB, ou seja, crescimento da renda da população e o consumo de lactos é da ordem de 96% essa correlação. Então aumentando o PIB, aumentando o dinheiro da população aumenta o consumo, isso é um fato. Os hábitos de consumo têm alterado não só para leite fluido. Nas últimas décadas, com o advento das redes de *fast food*, o consumo de queijo também tem sido alavancado de outras formas. Quer dizer, é uma outra forma de alavancar o consumo de queijo. E aí você consome muito mais leite, consumindo um quilo de queijo com um litro de fluido.

Então é isso que nos temos que pensar. Tudo bem, tem que olhar essa questão, eu não vou entrar no mérito, qual é melhor e qual é o pior, porque eu tenho alguns pontos divergentes, porém eu acho que o que alavanca mesmo para o consumo de lato em geral é não olhar só leite fluido, que isso é estanke. Se compararmos leite fluido Brasil e outros países, até muito desenvolvidos como a União Européia, não é tão diferente. Agora, se a gente vai olhar no lactos em geral, porque quando transforme, porque a gente sempre olha o 165 Brasil, pega a União Européia e passa de 300 em alguns países, pega a Argentina é 200, pega os Estados Unidos também, duzentos e tantos, quase



trezentos litros por habitante ano. Grande parte disso não é de leite fluido, são os outros lactos. Você tem aí os queijos, leite em pó etc. que são consumidos de várias formas. É isso que temos que trabalhar, os lactos no geral.

Lá nos Estados Unidos existem várias campanhas, tem o *Got Milk*, do bigodinho, mas têm várias outras, a *Three a Day*, três porções de lacto ao dia. Têm várias coisas. Então você vai agregando e isso dá muito mais impacto na cadeia do que simplesmente ficar discutindo de o leite fluido, UHT, ou – a meu ver, Deputado, na contra se “a” ou “b” -. Acho que temos que avançar indo para lactos em geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Gustavo.

Dr. Marcius Ribeiro. Gostaria de fazer uma colocação, por gentileza.

**O SR. MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS** – Com relação à questão do telespectador, eu queria fazer duas observações: primeiro, reiterando o que falamos no início, a temperatura mais elevada que o leite UHT, ele passa por processamento térmico, apesar de ser um tempo muito curto, as possíveis perdas. Existe uma perda maior de nutrientes do leite UHT, mas essas perdas não são significativas do ponto de vista de alterar a qualidade nutricional de um produto para o outro. O que existe no leite a mais no leite pasteurizado é o sabor, é um frescor, porque no leite pasteurizado você mantém uma aparte considerável da flora normal do leite, que vai impregnar no leite um sabor característico que nós temos mais do leite UHT.

Com relação à questão do leite ralo, que o Gustavo falou, diferentemente do leite pasteurizado, no leite UHT temos o integral, o semi-desnatado e o desnatado. Isso existe e pode dar uma sensação diferente de textura no leite no aspecto sensorial do consumidor.

Com relação à fraude, o Ministério da Agricultura realizou ano passado mais de quatro mil análises oficiais, colhidas por médicos veterinários, fiscais federais agropecuários para verificar a conformidade do produto. Dessas mais de quatro mil análises, em torno de 8 a 10% das análises se mostraram fora de conformidade, não quer dizer que, fora da conformidade, foi devido à presença de soro, foi devido a outros fatores também, inclusive alguns desvios de processo. Existem fraudes? Podem existir. Certo? Não é infalível, mas o Ministério da Agricultura está atento a esse tipo de trabalho. Nós fazemos um trabalho muito, muito insistente e combativo na questão da fraude, no sistema de coleta de amostra, de modo que o consumidor, que aquele leite que está à disposição do consumidor possa ser consumido e que ele possa confiar que aquele produto tenha uma garantia assegurada, que aquele produto vai atender à sua expectativa. Agora, tem fraude? A gente não pode negar que tenha, como em todo outro setor da sociedade de produção, existem as fraudes, existem pessoas que podem ser induzidas a esse tipo de prática que muito mais que



uma medida de inspeção é também caso de polícia e deve ser enquadrada criminalmente, como sendo uma pessoa que está lesando o consumidor.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Marcius.

Temos uma pergunta do Sr. Francisco Elmídio Gonçalves, que é produtor rural de Porto Velho. Peço para que passem o seu vídeo.

**O SR. FRANCISCO ELMÍDIO GONÇALVES** – Senador Gurgacz, boa tarde, é Francisco Elmídio Gonçalves, que mora na Colônia Viçosa, há 52 anos, trabalhando. Fui produtor de leite, mas eu quebrei, pelo preço do leite. O que o senhor faria para nós, para o preço do leite melhorar para nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Essa é uma pergunta que inclusive motivou essa nossa reunião aqui hoje. O preço do leite para o nosso produtor rural no Estado de Rondônia.

Se conversarmos com dez mil produtores de leite do Estado, os dez mil produtores vão reclamar e vão pedir uma providência do Governo com relação ao preço do leite no nosso Estado de Rondônia. A diferença é muito grande.

Nós caminhamos para o preço médio no Centro-Oeste e no Sul do país de 85 centavos. É isso, Dr. Gustavo? O litro de leite para os próximos meses custará 85 centavos.

**O SR. GUSTAVO DE VICENZO VALONE** – No próximo mês, para esse pagamento de maio, segundo o levantamento do Cpea, será em torno de 83, 84 centavos.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em torno de 83, 84 centavos. Em Rondônia, estima-se no máximo 60 centavos. A diferença é muito grande. Sabemos que a logística é diferente de Estado para Estado. Mas a diferença é muito grande. Acredito, Dr. João, que o Ministério pode ajudar o nosso produtor.

Dr. Marcius, não tem como o Governo fazer uma ação no sentido de puxar o leite para cima, não ao ponto de mexer na inflação, é evidente, não é esse o nosso intuito, mas de igualar a média nacional?

Hoje, tenho a impressão de que Rondônia é um dos Estados que tem o menor preço de litro de leite para o produtor. Isso desestimula o investimento do nosso agricultor, do nosso produtor para a bacia leiteira. Entendo que cabe ao Governo Federal, juntamente com o Governo do Estado, fazer uma política de fiscalização, de instrução talvez aos nossos produtores para que haja uma melhoria dos preços.

Fica aqui essa questão, Dr. João, para que possamos levar aos nossos ministros, tanto ao Ministro da Agricultura quanto ao Ministro do MDA, para que a gente possa dar uma resposta a esta população que precisa de um auxílio, e urgente.

**O SR. MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS** – Só um aparte.



**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Dr. Marcius.

**O SR. MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS** – Embora não seja essa área praticamente a nossa área de atuação, a gente atua mais na questão da inspeção da qualidade do produto, creio que, nos moldes dos grandes países desenvolvidos, a negociação coletiva é o caminho mais rápido e seguro para que se consiga essa paridade de preços e recompensa justa ao produtor. Temos o exemplo do Canadá, em que toda a negociação do leite do país todo é feita por uma associação em que se sentam de um lado a associação dos produtores e do outro, os industriais. Aí você obtém a paridade, o preço justo para o mercado. E é lógico, também, passando pela qualidade do produto. A gente acha justo que a qualidade deva ser recompensada.

Então acho que a negociação coletiva e a remuneração pela qualidade são fundamentais para que a gente consiga valorizar o produtor e levar renda para ele, porque realmente são as pessoas que fazem com que o país aconteça e coloque o alimento na mesa do consumidor.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Marcius.

Dr. Gustavo, por gentileza.

**O SR. GUSTAVO BEDUSCHI** – Só completando a ideia do Dr. Marcius de que essa negociação coletiva passa, a meu ver, por uma cooperativa e tudo mais, que nós já destacamos aqui em algumas oportunidades na tarde de hoje. Mas também acho que é importante ressaltar que para haver essa melhora também quanto mais informação nosso produtor tem, na questão do mercado também, no gerenciamento da sua produção e na questão de informações de mercado, aí volto a dizer que temos aquele trabalho do Simleite, e isso é uma ferramenta para ele combater esse diferencial de preços que ele tem com os demais.

Então, quanto mais informação o produtor tem para saber inclusive e poder negociar com as indústrias, mesmo que seja coletivamente, acho que é fundamental para o êxito dessa melhora no valor do preço recebido. Concorro também com o Dr. Marcius de que tem que ter continuidade da melhoria e tem que ser paga essa melhoria da qualidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Temos aqui uma outra pergunta de Ivanil Lopes Rossiter, da cidade de Pompeu, Minas Gerais.

Ivanil diz o seguinte: na qualidade de Relator da Comissão Preço Justo do Leite Produzido no Campo, iniciada em Pompeu, Minas Gerais, afirma V. Ex<sup>a</sup> que devem ser criados mecanismos que facilitem a fiscalização do uso do soro do leite, prejudicial à saúde humana, se ingerido em grande quantidade, pois, segundo ele, o referido produto tem sido usado indiscriminadamente por empresas que produzem subprodutos do leite, tais como queijos, requeijões, etc.



O cidadão solicita, ainda, que a informação dada nesta Comissão de que o preço médio nacional do leite é de 79 centavos seja esclarecida, pois, segundo ele, o valor médio do leite no Estado de Minas é de 58 centavos de real.

Gustavo, é uma diferença grande, de 79 para 58, são 21 centavos. Pergunta Ivanil Lopes Rossiter, de Pompeu, Minas Gerais.

**O SR. GUSTAVO DE VICENZO VALONE** – Sr. Ivanil, com relação ao preço de Minas, o que tenho conhecimento não é esse. Esse é um levantamento do Cepea, é um preço bruto pago ao produtor. Então, não confundir. Esse é o preço médio. Tem o mínimo, o máximo, o valor médio, esse é o médio ponderado, de acordo com os levantamentos do Cepea. Esse é o preço bruto recebido pelo produtor. Então tem desconto dos impostos, em alguns casos desconto do valor do frete também para chegar ao valor líquido. Não sei para quem o senhor está entregando o leite, vendendo o seu leite. Se é para a cooperativa de Pompeu ou se é para alguma indústria de laticínio que também atua aí na região de Pompeu, que eu conheço bem, eu já atuei ali na região. Então, a diferença de preço que o senhor tem observado, o senhor tem que apurar primeiro se o senhor está trabalhando mais na faixa do preço mínimo ou do preço médio mesmo. Minas Gerais é na casa dos 80 centavos sim. E lá, no Cpea, considera-se preço bruto ao produtor. Sem desconto de impostos e frete, caso haja. A questão da qualidade, do soro, seria melhor o Dr. Marcius responder.

**O SR. MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS** – Em relação à questão do telespectador, o soro é permitido em alguns tipos de produtos de origem animal. Desde que seja obtido de forma higiênica, ele é apto ao consumo humano e também pode agregar valor nutricional, com baixa no valor do custo final do produto, propiciando ao consumidor um produto de valor nutricional adequado com baixo preço. Mas é permitido o seu uso em alguns tipos de produtos que tenham seus regulamentos definidos e que permitam a adição deste produto em outros alimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Temos aqui mais uma pergunta da Miriam Celeste Pimentel, de Pirituba, Paraíba.

Ela diz o seguinte: “por qual motivo o Governo do Estado da Paraíba não paga em dia o valor do leite aos produtores. Afirma que o pagamento está atrasado em quatro meses e que, por essa razão, os produtores estão tendo dificuldades de sobrevivência.”

É uma pergunta destinada ao Governo do Estado da Paraíba, Miriam Celeste. Vou encaminhá-la hoje ainda ao Governo do Estado da Paraíba para que possa retornar com a resposta diretamente para você aí em Pirituba na Paraíba.

Temos mais uma pergunta de Porto Velho, do Sr. Nicácio de Brito. Ele é produtor rural. Está no vídeo. Pode passar, por favor.

*(exibição de vídeo.)*



**O SR. NICÁCIO DE BRITO** – Boa tarde, Senador Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura no Senado, meu nome é Nicácio de Brito, sou produtor rural, em Porto Velho, e tenho duas perguntas a fazer:

Primeira, referente à Instrução Normativa 51, que está entrando em vigor no mês de junho, e sabemos que tem muito produtor rural que não tem condução, não tem estrada, que não tem energia e com isso eles não têm condição de armazenar direito o leite.

A segunda pergunta, que eu acho é que o maior gargalo do setor produtivo do leite é o preço, porque esse preço que é pago ao produtor, muitas das vezes, não cobre nem os custos.

O que fazer para melhorar esta situação?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT-RO) – Parece que há uma unanimidade com relação ao preço, não é Gustavo? Hein, Marcius, é uma unanimidade do produtor de leite do Estado de Rondônia; e não só de Rondônia, nós vimos também Minas Gerais, Paraíba é uma questão realmente preocupante para com os nossos produtores. No caso de Rondônia, eu acredito que a formação de cooperativa talvez seja o caminho; a discussão organizada através de uma cooperativa; a sociedade organizada tem uma força muito maior para debater, para discutir, para também exigir e fazer a sua barganha de preço, que é natural, que é normal em todo o segmento produtivo, todo comércio brasileiro. Enfim, acredito que o Conseleite é uma ferramenta. E temos também o Simleite que faz uma atualização do preço semanalmente e é importante associação de vocês fazer parte, possa ter acesso ao Simleite.

Nós vamos depois, Dr. Gustavo, colocar aqui para a população o endereço, como ter acesso ao Simleite: Se é via Internet, se é pelo jornal? Vamos fazer com que o Simleite possa produzir, através do jornal local do Estado de Rondônia, essa tabela de preço, se ela é semanal, mensal ou é diária, para que a população possa acompanhar, de modo mais direto. Na hora de negociar o seu leite, ter um parâmetro para poder fazer um comparativo do seu preço e o preço que está no mercado nacional.

**O SR. GUSTAVO DE VICENZO VALONE** – Primeiramente, que o Simleite é um trabalho da OCB/CBCL com os parceiros Embrapa e Cepea voltado para as cooperativas. É um trabalho focado e destinado às cooperativas de leite nacional. Então, nada impede eles fornecerem esse tipo de informação para as cooperativas de Rondônia. Como temos ali, para as Cooperativas de Minas, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul e Espírito Santo que estão nesse projeto, hoje em dia.

Agora, com relação ao mercado em geral, também pode fazer uma gestão junto ao Cepea – daí um órgão independente – que levante o mercado como um todo no Estado de Rondônia e comece a divulgar, assim como as últimas agregações de Estados, que foram Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro na amostra do Cepea, então nada demais fazer uma gestão junto ao Cepea e





agregar o Estado de Rondônia nos levantamentos do Cepea que já vai ajudar com informações sobre o preço de leite em Rondônia, de outra forma.

**O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI** – Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT–RO) – Pois não Bruno.

**O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI** – Se me permite, essa questão do preço é de suma importância a questão do Conseleite, como já foi colocado aqui; é um parâmetro que faz acompanhamento do mercado, do custo de produção do produtor e tem uma geral. Mas é muito importante também, estava pesquisando aqui, tem um Projeto de Lei nº 547/2003, Deputado Reginaldo Lopes, que ele prevê, ele sugere através de uma emenda que a empresa de laticínio informe até o dia 25 do mês que se antecede a coleta, quanto vai ser o preço que ela poderá pagar a esse produtor. Então o projeto de lei de 2003 – acho que foi desarquivado este ano – a gente poderia dar continuidade ao projeto que pelo menos daria um posicionamento de como seria o comportamento desse preço, para esse produtor, para o próximo mês.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT–RO) – Muito bem, vamos levantar aonde está esse projeto...

**O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI** – Na CCJ, se não me engano.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT–RO) – Na CCJ da Câmara Federal. Vamos acompanhar para que chegue ao Senado, o mais rápido possível.

Tem uma questão aqui do Leonardo Justino Brito. A questão é a mesma, eu só estou colocando porque é aqui do Goiás, Dorvelândia:

“Sou estudante de 15 anos e ajudante do meu avô nos trabalhos rurais. Afirma estar muito preocupado com o baixo valor recebido pelos pequenos produtores de leite. Dessa forma gostaria de perguntar aos participantes da audiência de que maneira os produtores de leite podem se articular para aumentar o preço do leite, já que o valor que recebem das grandes empresas leiteiras é muito baixo.”

Acredito que deva estar havendo um desencontro de informação, Gustavo, porque já saímos de Rondônia nós viemos para o Goiás, estivemos em Minas Gerais, Paraíba, Bahia e todos nos passam a informação de que o leite está bem abaixo do preço que foi anunciado aqui.

Então, pergunta o Leonardo, de Dorvelândia/Goiás, como ele pode fazer para vender esse leite mais ou menos, não precisa ser os 83, não; algo parecido, algo próximo disso? Aqui no Goiás, é centro.

**O SR. GUSTAVO DE VICENZO VALONE** – Volto a falar, primeiro que aquilo é um preço médio. Tem o preço maior, o menor e, dependendo da faixa, lembrando que as empresas pagam por escalo de produção. Isso é um fato. Quanto maior o volume de leite maior é o preço do leite.



Segundo, também está se levando em conta, nas grandes cooperativas e empresas, o pagamento por qualidade do leite.

Só mais um fato – e aí é comum para todos –, a gente nota que é constante a reclamação não só no setor de leite, mas no agropecuário em geral. É bom lembrar que na maior parte os produtores são tomadores de preços dos dois lados, tanto na compra dos insumos, quanto na venda do seu produto. Ele é tomador de preço dos dois lados, ele é diferente de alguns outros setores. Por quê? Porque ele não tem uma grande expressão na compra de milho, de farelo de soja, impor alguma coisa – a não ser quando junta em cooperativa – ele é tomador, ele não tem poder de barganha. Então ele é tomador de preço dos dois lados. Então essa mobilização se torna importante não só para a venda do produto, mas, às vezes, para a compra de insumo também, para o equilíbrio da relação de troca dele. E a questão do preço – volto a falar – tem que olhar em que faixa ele está enquadrado e olhar realmente, porque até hoje a gente sempre olha os levantamentos de preço lá, reflete bem a realidade do que acontece.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT–RO) – Muito bem, pelo que me consta e há aí uma preocupação pertinente, Gustavo Valone, exatamente a nossa aqui da Comissão: O pequeno produtor rural ou agricultura familiar é que tem o menor preço, é que recebe o menor preço; é o que nós acabamos de constatar no levantamento que fizemos, no Estado de Rondônia e outros Estados. As perguntas que nos vêm são de pessoas que fazem parte da agricultura familiar. Há aí sim uma preocupação grande e entendemos que deva haver; não uma interferência no mercado, porque não é esse o ponto, não é assim que o Brasil trabalha. A lei da oferta e da procura ela tem que ser, tem que acontecer e não pode haver uma interferência do Governo com relação a isso, mas uma assistência para os agricultores da agricultura familiar, realmente é importante e o MDA pode nos auxiliar nesta questão.

**O SR. GUSTAVO DE VICENZO VALONE** – O que acontece é a mais pura verdade, Senador, o agricultor familiar é o que recebe o menos preço, sim, porque as grandes empresas elas pagam hoje por qualidade e volume. O volume tem uma escala de preços. De acordo com a produção dele, ele vai pagando, podendo chegar até o teto. E a qualidade também. A qualidade é importante, todos sabemos que tem que ter, para atingir os padrões. Agora, o volume, a empresa consegue pagar um preço melhor, contanto que ela tenha que andar menos para ir buscar. Você concorda comigo? Então isso tem que acontecer.

Então ele recebe menos sim, mas não quer dizer que ele receba pouco. E se esse agricultor familiar não está nem em grande cooperativa nem em grande empresa... Se ele não está em grande empresa, ele tem que ir para grande cooperativa ou pequena cooperativa. Porque outras empresas não vão



querer o agricultor familiar. Ele gera um custo muito maior de deslocamento, ele inviabiliza a rota. Ele tem que estar dentro de cooperativa.

Todos os instrumentos de política do MDA servem para melhorar a competitividade do agricultor familiar. Temos crédito? Temos. Mas com juro um pouco mais barato do que o do Ministério da Agricultura. Temos linha de assistência técnica para empresas prestarem assistência técnica. Temos alimentação escolar, temos programa de formação de estoque, temos seguro de preço, temos tudo, mas não temos recurso doado. O MDA não é bengala de agricultor. Todas as nossas políticas são para melhorar a competitividade do agricultor familiar.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas o senhor está colocando que o agricultor familiar é discriminado, ele recebe um preço mais baixo. Só porque é da agricultura familiar? Não pode ser.

**O SR. GUSTAVO DE VICENZO VALONE** – Ele não é discriminado. Cada empresa tem uma composição de preço. Não podemos obrigar nenhuma empresa a estabelecer a forma como ela vai fazer o pagamento. O agricultor familiar tem a opção de vender para a empresa A, B ou C. E não existe nenhuma discriminação. É um pagamento diferenciado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É evidente que o MDA tem uma questão de apoio ao pequeno agricultor, ou ao agricultor familiar, à agricultura familiar. É nesse sentido que eu coloco a preocupação de que o nosso produtor rural, o pequeno produtor rural não tem tecnologia a sua disposição, não tem acesso aos programas de governo de qualidade.

Portanto, fica aqui um pedido nosso para que nós, todos juntos, Senado, MDA, Ministério da Agricultura, possamos ajudar o pequeno produtor rural, os agricultores da agricultura familiar, para conseguir melhoria da qualidade do seu produto. Esse é o grande objetivo nosso aqui no Senado e também de vocês, eu sei disso.

**O SR. GUSTAVO DE VICENZO VALONE** – Sr. Senador, há muita qualidade no leite do agricultor familiar. E é claro que existem os que não têm, como existem os grandes que não têm também. Isso é normal.

Mas talvez a imagem da agricultura familiar esteja um pouco diferente.

Se pensarmos só em renda, o agricultor familiar é aquele que produz trinta litros até aquele que produz mil e duzentos. Esse é o público, se pensarmos só em renda.

Então, talvez a imagem da agricultura familiar esteja um pouco diferente. É claro que tem outros, tem a questão do módulo fiscal do trabalhador rural, tem todas essas questões. Mas pensarmos em renda... E tecnologia tem. Temos Embrapa Gado de Leite trabalhando na nossa parceria, temos kit de higienização, lançado há dois, três anos para quem não tem água no curral, para quem não tem energia no curral, para poder fazer um processo de higienização



bem feito, e é importante de repente trazer a nova visão da agricultura familiar aqui para o consumidor brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. Nós teríamos vários assuntos, inclusive pela sua própria fala, pelas suas colocações, mas seria mais um bom tempo para debater e discutir esse assunto, o que eu entendo que é importante. Mas vamos dar espaço para outras pessoas perguntarem também.

Nós temos o Célio Costa, ele é produtor rural de Ji-Paraná. Ele está no vídeo.

*(exibição em vídeo.)*

**O SR. CÉLIO COSTA** – O leite de qualidade hoje está no mesmo valor que o de tambor. O Governo incentiva o pequeno produtor, ou seja, enfim, todos os produtores a colocarem tanque, e o leite permanece com o mesmo preço do tambor.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ou seja, o produtor gasta mais para ter uma qualidade melhor no seu leite e o preço não aumentou, não melhorou. Ou seja, nós voltamos à mesma questão.

Há o investimento, há um trabalho do produtor para melhorar a qualidade, e ele não consegue melhorar os seus preços.

Nós temos aqui mais uma pergunta, do Antonio Carlos Machado Santana, de Campo Grande, no Estado do Rio de Janeiro.

Por que não se buscam parcerias com universidades a fim de promover alternativas com custos baixos e que levem em conta a preservação do meio ambiente? Por que não eliminar as classificações de qualidade do leite em tipos A, B ou C, garantindo ao cidadão que todo o leite vendido seja de alta qualidade? Não haveria uma preocupação maior dos produtores, no que se refere à qualidade dos produtos, com as mercadorias exportadas, em detrimento daquelas vendidas internamente?

O cidadão finaliza parabenizando os trabalhos da comissão e pela oportunidade dada aos cidadãos de se manifestarem.

A colocação dele é importante. Nós não teríamos leites A, B ou C. Ou, pergunta ele, se, em detrimento do que é vendido internamente, nós não estaríamos exportando os melhores produtos e teríamos produtos de menor qualidade distribuídos no nosso País.

O Dr. Marcius gostaria de comentar? É importante.

**O SR. MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS** – Com relação à questão do telespectador, esse é o objetivo do Ministério da Agricultura. A IN nº 51 tem o objetivo final de colocar na mesa do consumidor um produto de qualidade, qualquer que seja a sua classificação.

A expectativa da 51, quando ela entrar em pleno vigor, é que tenhamos o leite pasteurizado, apenas. E aquele leite que será envasado no próprio local em que ele é produzido, na própria propriedade, na granja leiteira,



que ele tenha a característica de ser um leite tipo A, que é o leite que foi envasado no próprio local, e que, da ordenha, ele passe por um processo de pasteurização e seja envasado na própria propriedade, e comercializado.

Então, a expectativa é que tenhamos o leite pasteurizado com um padrão de qualidade superior, até melhor do que o do atual, o leite B, e o leite tipo A, devido a sua própria produção local e logística de entrega e produção ao consumidor.

Com relação à questão da qualidade dos produtos brasileiros que são vendidos para o comércio internacional, muita gente pensa que o produto que é produzido e que vai para fora é superior ao do Brasil. Na verdade, a qualidade é a mesma, porque praticamente 30% da produção daqueles grandes estabelecimentos industriais que produzem para fora é que vai para fora. O restante, da mesma qualidade, do mesmo padrão, é para abastecimento do mercado interno brasileiro.

Então, sem sombra de dúvida, o leite brasileiro tem qualidade assegurada para o consumidor.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Dr. João.

**O SR. JOÃO ANTÔNIO FAGUNDES SALOMÃO** – Telespectador Antonio Carlos, complementando a resposta do meu colega do Ministério da Agricultura, as parcerias são sempre importantes. Acho que estamos vendo aqui, especificamente na região de Rondônia, que nós temos várias ações para serem feitas, e ações de diferentes instâncias: ações no âmbito estadual, ações no âmbito de pesquisa, extensão rural. E, certamente, a solução passa por alguma forma de parceria.

A sua colocação em relação à parceria com as universidades naturalmente é bem vinda. Sobre a preservação do meio ambiente, hoje já existem nichos de mercado que certificam quanto à preservação ambiental. A própria produção orgânica vem ganhando espaço, tem um preço diferenciado.

Então, é um caminho também, é uma questão de custo e do benefício que isso vai trazer na venda ao produtor.

E em relação à exportação, eu concordo com o colega Marcius. Nós não temos mais que ter essa preocupação em relação ao produto que é exportado e ao produto que fica no mercado interno. Hoje, a qualidade é exigida lá fora como é exigida aqui dentro, pelo nosso consumidor, e as empresas têm nisso uma preocupação constante.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. João Antônio.

O Beto Quelhas diz o seguinte: os produtores não devem pensar no aumento do leite, e sim nas isenções de impostos de toda a cadeia, por ser o produto essencial na mesa da população.

É um questionamento muito interessante do Beto.



Agradecemos, Beto, a sua participação.

Temos aqui também uma questão colocada por Miguel Constance Martins, de Alto Alegre dos Parecis, em Rondônia. O cidadão solicita que se discuta nesta audiência a importância de o produtor de ter assistência técnica e orientação para o cálculo de sua produção, a fim de que o mesmo tenha condições de avaliar se compensa ou não continuar produzindo leite.

Por fim, o cidadão parabeniza a Comissão de Agricultura por promover essa audiência pública para que se debatam assuntos relacionados à cadeia produtiva do leite.

Muito obrigado, Miguel e, com certeza, a questão da assistência técnica é muito importante.

Eu tenho certeza de que o Governo do Estado, através do nosso Governador e do nosso Secretário de Agricultura, Anselmo de Jesus, deverão fazer esse trabalho, um trabalho importante para melhorar a qualidade da produção de leite no Estado de Rondônia, por meio de assistência técnica e tudo o mais.

Estamos na ponta da agulha. Mais um produtor, João Rocha, de Ji-Paraná que fez uma pergunta para nós, pelo vídeo.

“Queria fazer uma pergunta para a Comissão de Agricultura: o que eles podem fazer para melhorar o preço do leite porque o custo é muito alto para a gente produzir e temos pouco lucro?”

Ora, pessoal, realmente é um fato e, temos que levar isso em consideração. A reclamação é geral no Estado, de toda a cadeia, de todos os nossos produtores, é o preço do leite. Estamos debatendo exatamente esse assunto e vamos continuar esse debate.

Deputado Jesualdo, por favor.

**O SR. JESUALDO PIRES** – Senador, até porque vi o João na entrevista que ele fez, parece-me que em uma casa pecuária.

Além da questão da competitividade da Argentina, descobri recentemente que a dose da vacina de febre aftosa, que é um insumo importante na pecuária, no Estado de Rondônia, pois vacinamos o gado ainda. Na campanha de maio, custou R\$1,50 em média. E, subiu, em dólar, de 2009 a 2011, 83%.

Os laboratórios sempre alegavam que o preço da vacina e dos insumos eram atrelados ao aumento do valor do dólar e, apesar do dólar estar caindo muito, os insumos aumentam em Real. Descobri também que a dose da vacina de aftosa, na Argentina, está em torno, Senador, de R\$0,40. Então, veja as diferenças.

Quando o produtor diz que tem dificuldades é porque, além de toda essa dificuldade do preço pago pelo laticínio, tem um alto valor de insumos que gasta em suas propriedades.



**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Temos aqui mais uma pergunta de José Antonio do Amaral. Ele faz a pergunta da cidade de Maravilhas, Minas Gerais.

“O cidadão solicita que V. Ex<sup>a</sup> atine com a necessidade de fiscalização das altas taxas cobradas pelo Banco do Brasil para a linha de crédito que visam incentivar o agronegócio.”

Muito bem, José Antonio do Amaral, vamos enviar o seu questionamento ao Banco do Brasil para que possa fazer uma resposta diretamente a você.

Temos também uma pergunta de Uberlândia, de Luiz Fernando Ohato, de Minas Gerais.

“Que providência deve ser tomada com relação ao fato do valor dos impostos do País que incidem sobre o leite ser muito elevado, ao passo que nenhuma tributação mínima incida sobre o preço do leite produzido fora do País, fazendo com que o mesmo seja mais barato e, dessa forma, colocando o produto brasileiro em desvantagem.”

Essa é uma preocupação com relação ao subsídio de leite produzido em outros países. Essa é uma política que cada País tem e, de fato, temos no Brasil uma carga tributária muito grande, muito elevada e temos vários projetos aqui na Casa no sentido de isenção total de impostos de alguns produtos, produtos que venham a ajudar na produção de leite, produção de alimentos de um modo geral.

Há um projeto de minha autoria que elimina todo imposto federal para o óleo diesel que seja consumido na produção nacional de alimentos. É um projeto muito polêmico, nós sabemos, mas entendemos que é muito importante. Se tivéssemos à disposição dos produtores rurais um óleo diesel com preço diferenciado para os equipamentos que tenham contato diretamente com a produção de alimentos do Brasil.

Estamos debatendo esse assunto, está tramitando na Casa essa questão que é muito importante. Temos mais uma pergunta de João Vianey, ele é Presidente da Cooperleite de Rondônia.

“Gostaria de perguntar por que não tem um preço fixo para a produção do leite?”

A gente, quando espera que vai melhorar, às vezes, vem uma baixa grande e, quando melhora, R\$0,03 ou R\$0,04, cai R\$0,10, R\$0,12 de uma vez só. Com isso, o produtor fica desorientado, sem saber como fazer.

Pelo menos, teria que ter um preço fixo e procurar melhorar o preço do leite porque Rondônia produz muito leite, mas o que mata o produtor é o preço baixo que não acompanha outros Estados e, além de tudo, o maior problema que tem é que, num mês, vem um preço, no outro mês, vem outro preço sem avisar que vai baixar o leite.



O produtor faz o compromisso baseado em cima daquele leite que ele entregou, o leite vem com R\$0,10 a menos, ele fica perdido, sem saber o que fazer”.

Muito bem, Sr. João, muito obrigado pela sua participação no nosso debate de agricultura e, mais uma vez, vamos colocar que essa é a realidade do produtor brasileiro. Essa é a realidade do produtor de leite do Estado de Rondônia.

Eles precisam de um apoio, eles precisam de uma ação do Governo, do Governo Federal, da MDA, do Ministério da Agricultura, uma ação nossa aqui do Senado. Estamos abrindo esse debate e, com certeza, teremos outros debates sobre esse assunto.

Queríamos evitar criar uma CPI para essa questão. Queremos evitar uma medida mais drástica com relação a essa questão. Por isso, criamos esse ciclo de debates para que possamos alertar as nossas autoridades do Executivo, do Governo Federal no sentido de que precisamos ajudar, apoiar os nossos produtores de leite brasileiros. Essas pessoas precisam do apoio, essas pessoas precisam continuar nas suas áreas.

Preocupa-me quando vejo uma permuta como li há pouco. Será que compensa continuarmos produzindo leite? Será que isso compensa para nós produtores? Só essa pergunta nos preocupa.

Precisamos realmente ter uma ação, fazer um trabalho para que o nosso produtor tenha um rendimento melhor e que esse rendimento possa lhe dar segurança no seu trabalho, possa dar conforto para suas famílias, para que ele possa continuar no campo.

Não queremos ver essas famílias deixando os campos e vindo para a cidade aumentar a fila dos desempregados, criando ou aumentando um problema social já existente em nosso País. É importante, portanto, uma política de apoio ao nosso produtor rural e principalmente ao nosso pequeno produtor rural, à agricultura familiar para que ele possa ficar no campo, que não venha para a cidade e, aí sim, terá um problema muito maior para ele e também para os Governos estaduais, municipais, para o Governo Federal.

Peço aos técnicos do Ministério da Agricultura, aos técnicos do MDA que levem essa preocupação no sentido de debater junto com os demais técnicos dos Ministérios para que possamos dar um apoio aos nossos produtores rurais, não apenas do Estado de Rondônia, mas de todo o País.

Temos mais uma pergunta, da Odete Alves Pedrosa, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A cidadã afirma que, por diversas vezes, procurou órgãos responsáveis para reclamar sobre a má qualidade do leite UHT que, segundo ela, prejudica a saúde de quem consome e solicita o retorno do leite pasteurizado aos mercados, não obtendo, no entanto, qualquer resposta a suas reivindicações.





Por esse motivo, cumprimenta e parabeniza a iniciativa da Comissão de Reforma Agrária e Agricultura em debater o assunto nessa audiência pública.

Muito obrigada à Odete Alves Pedrosa por sua colocação.

Nós vamos encaminhar a sua pergunta para que você tenha uma resposta. Diretamente a você, já que temos o seu e-mail.

**O SR. GUSTAVO VICENZO VALONE** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz – Bloco/PDT – RO) – Pois não.

**O SR. GUSTAVO VICENZO VALONE** – Sr. Senador, queria pedir licença e me desculpar primeiramente, mas devido a compromissos previamente agendado, vou ter de me ausentar agora, às 17 horas.

Agradeço, por ter me dado o convite e colocamos o Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valores a disposição para tirar qualquer dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz – Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado pela sua presença, Dr. Gustavo.

Com certeza teremos outros momentos para nós debatermos, discutirmos, sobre esse assunto. A importância que nós temos e que temos de dar ao nosso agricultor, ao pequeno agricultor, principalmente a agricultura familiar.

Tenho certeza que essa é a meta do MDA, também.

Nós que agradecemos e transmita ao Ministro e os demais técnicos do MDA e estamos aqui, no Senado, essa comissão está a disposição para nós contribuirmos com o trabalho do MDA, para melhorar a qualidade de vida do nosso produtor rural, para que ele possa permanecer produzindo na sua região, na sua terra, lá no campo.

Esse é o nosso grande objetivo.

Obrigado pela presença.

Temos mais uma pergunta de Paulo Pereira.

Ele é produtor rural de Ji-Paraná.

Creio que é a última pergunta enviada por vídeo.

*(exibição em vídeo.)*

**O SR. PAULO PEREIRA** – Eu gostaria que o governo, a equipe, a extensão rural, a Secretaria de Agricultura, dessem um pouco mais de melhoria e favorecimento para que o produtor pudesse fazer uma inseminação mais segura, ter mais proveito, fixar mais no campo, ter interesse de produzir mais e ter uma renda que de para sobreviver lá dentro. Hoje as coisas estão tudo evoluindo e lá está ficando parado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz – Bloco/PDT – RO) – Essa é a grande preocupação de todos nós.

Todos nós da Comissão de Agricultura, tenho certeza, do MDA, do Ministério da Agricultura, da CNA e das cooperativas também.



É melhorar a renda das famílias que dependem da produção, que vivem da produção agrícola.

Esse é o grande objetivo nosso, é o grande trabalho nosso aqui, é fazer com que os produtores rurais possam ter uma renda melhor, não apenas para permanecer no campo, mas permanecer no campo com qualidade de vida, com conforto, para que possa levar conforto a sua família e também fazer com que a sua família possa crescer e continuar trabalhando no campo.

Esse é um desafio de todos nós.

Nós estamos, realmente, debatendo esse assunto.

Agradeço a sua participação.

Temos aqui, Ademir da Linha 94, do Projeto Riachuelo, mandou uma questão, uma colocação, pelo twitter: Por favor, insista na assistência técnica ao produtor rural. É o Aldair, filho do Ademir.

Muito bem, Aldair. Um abraço para você.

Nós vamos sempre continuar insistindo nessa questão tão importante que é a assistência técnica.

Vamos pensar em montar uma cooperativa aí no Riachuelo.

Só o Riachuelo comporta uma cooperativa grande, não só com a produção de leite, mas temos outros produtos importantes e que são produzidos no Riachuelo, que eu conheço muito bem.

Um abraço a todos de Ji-Paraná e, em especial, do Projeto Riachuelo.

Alô Senado: Porque o Conceleite criado pelos Deputados de Rondônia não funcionou como o Conceleite do Paraná?

Reformulando: Por que o Conceleite de Rondônia não funciona como o Conceleite do Paraná?

Deputado Josualdo, porque favor,

**O SR. JOSUALDO PIRES** – Na intervenção do Lázaro, ele já disse.

Há hoje, Senador Acir, infelizmente, uma resistência muito grande do setor industrial de Rondônia. Nós fizemos pelo menos cinco audiências públicas em que os produtores fizeram, inclusive, assembleias aceitando o Conceleite de Rondônia. Mas, infelizmente, o setor industrial resiste, apesar de a Universidade Federal do Paraná já ter sido contratada pelo governo do Estado, via Emater, para fazer esse trabalho tão importante que é a implantação do Conceleite.

Não sei o nome, mas foi criado sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz - Bloco/PDT - RO) – Salvador?

**O SR. JOSUALDO PIRES** – Em Salvador foi criado sim. Só falta agora a operacionalização e precisa da boa vontade dos laticínios.

Eles temem – como aconteceu no Estado do Paraná e em outros Estados – que a universidade federal vá entrar nas suas contabilidades, na sua



parte interna da empresa. Mas, todos esses dados são guardados rigorosamente pela universidade federal, que faz esse trabalho no Paraná, faz em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e tem todo o *know how* para implantar esse trabalho.

Nós temos cobrado, Senador, e até vou pedir a ajuda de V. Ex<sup>a</sup>, que tem uma grande afinidade, uma grande amizade com o Governador Confúcio Moura, no sentido de que junto com o Secretário de Agricultura nós possamos viabilizar e até pressionar o setor para que possamos, no tempo mais rápido possível, implantar o Conceleite de Rondônia.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz - Bloco/PDT - RO) – Muito bem! Obrigado ao Salvador, pela sua colocação.

Temos aqui uma pergunta do Netinho: Senador, compro leite UHT a R\$ 2,30 aqui em Porto Velho, o mais barato chega a R\$ 1,89 o litro. O que fazer para diminuir o preço na prateleira?

Esse é o grande desafio nosso Netinho.

Muito obrigado pela sua participação e nós estamos discutindo exatamente essa questão, o preço do leite que você paga na prateleira e o preço que o nosso produtor recebe ao entregar o seu leite.

Nós temos várias outras perguntas.

Uma colocação do Alex Alves Florentino, do Espírito Santo, Guaçuí.

Apenas ele parabeniza a realização da audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nesta sexta-feira, para avaliar a situação da cadeia produtiva do leite, entre outros assuntos.

Manifesta ainda, opinião favorável a presença do Deputado de Rondônia, Josualdo Pires, aqui na nossa comissão.

Muito obrigado ao Alex pela sua mensagem.

Temos outras mensagens, como nós estamos já no adiantar da hora, eu quero agradecer a presença de todos e para que possamos fazer apenas um comprimento final, começando pelo Bruno.

Sr. Bruno, agradeço a sua presença e tenha certeza que você nos ajudou muito com as suas colocações e também tenho certeza que ajudou a esclarecer aos nossos ouvintes da Rádio Senado e os nossos telespectadores da TV Senado.

Muito obrigado Bruno.

Faça as suas considerações finais.

**O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI** - Muito obrigado, Senador.

Para encerrar, acredito que a questão do preço nós debatemos bastante.

O Conceleite deve ser incentivado em todos os estados brasileiros, o cooperativismo entre os produtores também é uma forma de ele conseguir mais força e poder de barganha junto às indústrias.



A revisão do PL 547, de 2003, que também antevê o preço do leite por parte das indústrias. É uma maneira de ajudar o produtor.

A questão dos aumentos da produtividade, como foi comentado, eu vejo como a assistência técnica é o principal caminho para se conseguir ter esses aumentos de produtividade. E uma assistência técnica que não se baseie somente na parte produtiva, mas principalmente na parte de gestão econômica da fazenda.

Hoje nós temos programas de assistência técnica de sucesso, como é o caso de Balde Cheio e do Educampo que são programas que melhoram a situação econômica do produtor, elevando a produtividade de leite.

Neste contesto o preço não fica tão importante, porque o produtor começa a enxergar que o que vai interessar para ele é a margem. Ele pode ter até um preço menor, mas se ele conseguir equilibrar o custo de produção e ganhar em escala, ele vai ver que isso para ele vai ter um retorno econômico muito melhor.

Acho que por fim, devemos amenizar, Senador, as inseguranças jurídicas do produtor.

Tem a questão do Código Florestal, que coloco 90% dos produtores na ilegalidade. Tem a questão da NR 31, com mais de 200 normas, mais rigorosa que o setor urbano.

Agora, com a IN 51, temos uma maneira, mesmo que não exclua os produtores da atividade, mas que não de brechas para que órgãos internacionais venham aqui e fazem como foi o Sisbov nos anos atrás. De condenar o nosso produtor.

Agradeço, mais uma vez, pelo convite e coloco a CNA a disposição do que for preciso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz - Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado ao Dr. Bruno.

Passa a palavra ao Dr. Márcio Ribeiro de Freitas para as suas considerações finais e já agradecendo a sua presença aqui, conosco, nesta tarde de hoje.

**O SR. MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS** – Obrigado Senador.

Mais uma vez manifestar a posição do Ministério da Agricultura na disponibilidade em debater as questões referente a qualidade do leite, principalmente a questão IN 51.

Muito obrigado e boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito bem. Agradeço, mais uma vez, a presença do Dr. João Antonio Fagundes Salomão. Também passo a palavra para V. Ex<sup>a</sup> fazer as suas considerações finais.

**O SR. JOÃO ANTONIO FAGUNDES SALOMÃO** – Muito obrigado, mais uma vez. Cumprimentos pela excelência dos convidados, que nos



presentearam com bastantes informações. Nós trabalhamos muito numa visão geral do setor lácteo no Brasil. E houve várias perguntas específicas para o Estado de Rondônia. Acho que esse também era um dos objetivos. Dentre as perguntas, o questionamento predominante era relacionado a preços.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Rondônia, Minas, Goiás, Paraíba.

**O SR. JOÃO ANTONIO FAGUNDES SALOMÃO** – Exatamente. Mas aí aproveito um pouco a palavra do Bruno e entendo também que temos de começar a falar em renda. Qual é o preço justo e qual o custo do preço do litro de leite do produtor? São poucos que têm. Aí o produtor olha para o mercado e diz: estou recebendo pouco. Mas, por quanto você está produzindo? Se nós pegarmos aquela média de dois litros de leite por animal/dia, provavelmente, o preço vai ser pouco. Mas temos de considerar que estamos produzindo dois litros. Se passarmos para uma média nacional de nove litros - e sei que não é fácil e não se consegue de uma hora para outra, consegue-se com investimento -, nós já estamos saindo aí de uma renda, por animal, em torno de R\$ 150 por mês; renda, não; receita. Em dez animais, 1.500. Quer dizer, dependendo do meu custo de produção, como não é uma atividade única, dentro de uma propriedade, nós já começamos a pensar que a atividade é viável.

Agora, para conseguir esse aumento de produtividade, por isso, foquei muito na produtividade, aí, sim, é uma combinação de ações. Acho que passa pela organização dos produtores, passa muito pela assistência técnica. No caso específico de Rondônia, nós temos uma unidade da Embrapa que pode ser o apoio do Ministério da Agricultura. A extensão rural hoje está a cargo dos Estados. Não sei como está estruturada a extensão rural no Estado de Rondônia; mas a extensão rural com a Embrapa treinando esses extensionistas, é possível conseguir alguns avanços. Passa pela compra coletiva e vendas coletivas, o que também diminui o custo - acredito que uma solução vai passar necessariamente por aí -, e as questões dos impostos, como é que está a carga tributária específica.

Boa parte da carga tributária normalmente está por conta dos Estados, ICMS; e outras, federais. Então, vamos ver como essas ações impactam no custo de produção, e aí tentar baixar o custo de produção, porque preço justo, para mim, é preço de mercado. Agora, se ele está remunerando o meu custo de produção, aí que a discussão tem de ser mais aprofundada, porque não adianta a iniciativa do governo dizer: vou garantir um preço a oitenta centavos. Você vai manter aquela disparidade, e, na hora em que o governo sair, ele está fora do mercado, a não ser que vai pensar que o governo vai estar sempre com oitenta centavos.

Então, a iniciativa passa por várias ações. Acho que é nesse sentido que saiu dessa reunião esse indicativo. Tem um caminho apontado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Tem.



**O SR. JOÃO ANTONIO FAGUNDES SALOMÃO** – Não vamos pensar só no preço e garantir preço. Enquanto estivermos produzindo dois litros de leite, enquanto o imposto estiver impactando, enquanto não tiver organização na compra, enquanto não tiver extensão rural, quer dizer, a tendência é pensar que o preço de mercado é um preço injusto. Mas, às vezes, ele não é tão injusto assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. João. De fato, em Rondônia, temos um longo caminho pela frente, a começar pela regularização fundiária, os documentos das terras, com o apoio do governo para melhorar a qualidade. Mas para que possamos ter o nosso produtor com acesso aos programas do governo federal, ter acesso aos financiamentos, é inevitável que haja a regularização fundiária. Nós já debatemos isso aqui várias vezes.

Por fim, estamos debatendo a reforma do Código Florestal, e Dr. João, Dr. Márcio, Gustavo, e Deputado Jesualdo, estamos fazendo junto com a Comissão de Meio Ambiente também, porque entendemos que o interesse da Comissão da Agricultura é o mesmo interesse que tem a Comissão de Meio Ambiente. Fizemos várias audiências públicas juntos, várias reuniões. Fizemos em conjunto, porque entendemos que um depende do outro. O produtor rural, o ambientalista, todos temos o mesmo objetivo: cuidar do meio ambiente, produzindo alimentos; ou produzindo alimentos, cuidando do meio ambiente. Esse é o nosso objetivo.

E vamos continuar dessa mesma forma aqui, na Comissão de Agricultura, onde debateremos a reforma do Código Florestal, com essa mesma visão, de que precisamos produzir alimentos, mas cuidando do meio ambiente.

Agradeço a presença do Dr. Wilson Massote Primo, Diretor Executivo da Associação Brasileira das Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios. Muito obrigado pela sua presença conosco nesta tarde. Ele nos informa que, no dia 1º de junho, é o Dia Internacional do Leite. Ele faz aqui um pedido especial aos consumidores brasileiros: consumam mais leite. Essa é a indicação do Wilson Massote Primo, que é Diretor Executivo da Associação Brasileira de Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios. Muito obrigado pela informação e pela sua presença junto conosco.

Dr. Gustavo Beduschi, muito obrigado pela sua presença. Espero que o Senhor esteja conosco também em Ji-Paraná, para que a gente possa debater e o Senhor possa nos ajudar a defender o cooperativismo, a instalação das cooperativas nos municípios do Estado de Rondônia, em todos os municípios, ou que alguns municípios possam se reunir, um ou dois municípios, para formar as suas cooperativas, para que sejamos, num futuro muito breve, produtores como são o Estado do Paraná, o Estado de Santa Catarina, o Estado do Rio Grande do Sul, o Estado de São Paulo e o Estado de Minas Gerais. É através do cooperativismo que nós pretendemos chegar a esse nível, a essa



quantidade de produtividade, e a esses preços, que o senhor trouxe para nós, nesta tarde de hoje.

Muito obrigado pela sua presença, Dr. Gustavo.

**O SR. GUSTAVO BEDUSCHI** - Obrigado, Senador Acir. Obrigado pela oportunidade. Agradeço, em nome da OCB/CBCL, a oportunidade de estar aqui, discutindo, levando mais informação e obtendo mais informação também sobre a cadeia do leite.

Vou fazer o possível para estarmos juntos no dia 15 de julho, em Ji-Paraná, trocando mais informação, trocando idéias, porque é isso mesmo, o Senhor pegou bem o espírito. Não é só montar várias cooperativas. Se a gente pensar que as grandes cooperativas, as grandes instituições estão se unindo, se fundindo, por que não as cooperativas também? As grandes cooperativas no mundo são fusões. A maior cooperativa de leite, nos Estados Unidos, é a DFA, que é uma fusão de várias cooperativas. Na Nova Zelândia, a maior cooperativa lá, a Fonterra, é uma fusão de várias cooperativas. Na Argentina, a Sanco, também é. Então, aqui no Brasil, existem movimentos também para isso. Está se trabalhando. Então, por que não já se pensar à frente? Mas é isso aí.

Então, acho que o espírito é por aí mesmo. Falou-se muito no tema da agricultura familiar, e o que a gente vê, pelos estudos dos economistas da área, é que, para as propriedades de módulos familiares, a atividade que mais tem dado renda ao produtor, o que dá sustentabilidade, entre outros fatores também, porque tem uma renda mensal, é o leite.

Então, temos de trabalhar com isso, porque os módulos menores, para as outras atividades agropecuárias, não são tão vantajosos, mas o leite consegue atender esse público. Um ponto em que se falou aí - e vamos lembrar que o mercado era regulamentado pelo governo até a década de noventa, o início dos anos noventa - é que houve uma desregulamentação. Então, temos vinte e poucos anos de um mercado se ajustando, diferentemente de outros mercados. O mercado foi aprendendo com isso e foi se expandindo; alavancou muito o seu crescimento, após essa desregulamentação, essa deixada de o governo intervir no mercado, um mercado mais livre. Tem suas imperfeições? Tem suas imperfeições, mas o mercado, quanto mais informado ele estiver, mais informações nós levarmos aos produtores, melhor será o desempenho, acho que, como um todo.

Lembrar, como o Wilson lembrou, no dia 1º é o dia Mundial do Leite, mas vamos consumir não só leite; vamos consumir lácteos em geral, porque é isso que importa para nós.

Mais uma vez, muito obrigado. Vamos continuar contribuindo com o que precisar.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) - Muito bem. Muito obrigado, Dr. Gustavo. Muito obrigado, Deputado Jesualdo Pires, pela sua



presença. Transmita ao nosso Presidente, Valter Araújo, o nosso agradecimento pela participação da Assembléia Legislativa conosco nesta tarde de hoje

Um abraço a todos os meus amigos da Assembléia, ao nosso Presidente, aos demais Deputados e a todas as pessoas que trabalham, todos os servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

Deputado Jesualdo com a palavra.

**O SR. JESUALDO PIRES** – Quero cumprimentá-lo, Senador Acir e parabenizá-lo pela iniciativa desses ciclos de debate importantíssimos.

Quero cumprimentar aqui também o Dr. Bruno, o Dr. João Antonio, o Dr. Márcio e o Dr. Gustavo. Agradeço a todos os presentes aqui, nesta tarde especial em que aprendi bastante. Essa troca de informações é muito importante. Estarei relatando, lá na Assembléia Legislativa, na sessão de terça-feira, essa experiência que tive. Vou relatar aos meus colegas Deputados e quero falar, Senador Acir, da importância da cadeia produtiva do leite no País inteiro.

Eu acho que passa pela produtividade, como o João acabou de dizer. A extensão rural em Rondônia é muito bem feita. Nós temos uma Emater em Rondônia que funciona em todos os 52 Municípios do Estado.

Um abraço, inclusive, aos servidores da Emater, que fazem um extraordinário trabalho, apesar das deficiências hoje, principalmente em relação a necessidade de um corpo técnico maior para dar apoio aos nossos produtores.

Passa, além da produtividade, pela qualidade do leite e pelo cooperativismo. Eu acho que, enquanto os produtores de leite, esses que estejam reclamando do preço — eu tenho sempre dito a eles —, enquanto não se organizarem, através de cooperativas, de coletas, cooperativas que possam até industrializar os seus produtos, vai ser muito difícil competir nesse mercado.

Como bem disse aqui o João, será que esse preço, e eu concordo com ele, será que esse preço é baixo ou é alto?

Se você comparar com o preço da Argentina, hoje o produtor brasileiro recebe mais em termos de dólar. É claro que é difícil comparar, mas então o caminho é melhorar a produtividade, melhorar a qualidade, melhorar o cooperativismo.

Também concordo com o Bruno que essa questão da insegurança jurídica tem que acabar Senador.

Não é possível mais, neste País, que o produtor rural seja tratado dessa forma. O produtor rural hoje é praticamente tratado como se fosse um marginal.

O produtor rural brasileiro hoje tem uma insegurança que é totalmente inviável. E a gente precisa, dentro do Senado, agora que chegou aqui a votação do Código Florestal, que V. Ex<sup>as</sup> agilizem essa votação para que se dê essa segurança, essa tranquilidade, aos produtores brasileiros.





Quero dizer também, concordando com o Dr. Gustavo, eu tinha até anotado aqui a observação do Wilson sobre o consumo, não só do leite, mas que a gente possa melhorar essa agregação de valores e que os brasileiros possam consumir mais os produtos lácteos.

A gente sabe que o brasileiro consome muito pouco os produtos lácteos até pela questão da renda. Mas, de qualquer forma, para finalizar, Senador, quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo, por esta audiência.

Tenho acompanhado algumas outras que V. Ex<sup>a</sup> tem feito aqui na Comissão de Agricultura e com certeza isso tem ajudado muito os produtores e o agronegócio brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado Deputado Jesualdo Pires.

Eu quero informar às pessoas que fizeram as perguntas que não foram respondidas, que nós daremos as respostas diretamente às senhoras e aos senhores que formularam essas perguntas, porque nós não tivemos tempo de fazê-lo ao vivo, mas nós o faremos a partir de segunda-feira diretamente.

Estivemos hoje pela manhã na Embrapa, aqui em Brasília, visitando uma unidade que trata de clones de animais.

Nós estamos relatando essa matéria aqui no Senado, aqui na Comissão da Agricultura.

Foi muito importante. Quero cumprimentar a todos os técnicos da Embrapa pelo brilhante trabalho. E não estão dando seqüência, exatamente, por falta de uma regulamentação. Desde 2007, está tramitando nesta Casa a regulamentação dos clones no País.

Eu assumi a relatoria e quero, a partir da semana que vem, fazer uma reunião com o Ministério da Agricultura, com a Embrapa e com a Casa Civil para que possamos terminar o texto e possamos pedir urgência para a votação no Plenário desta Casa, em comum acordo com os produtores, com o Governo e com os Senadores, no intuito de avançarmos.

Nós brasileiros não podemos ficar atrás, pois os Estados Unidos e o Canadá já estão tendo uma produção muito grande de clones, de animais clonados, e nós não podemos ficar para trás, Brasil que quer ser, em pouco tempo, um dos maiores produtores de alimentos do planeta. Nós estamos trabalhando para que isso aconteça num prazo curto de tempo. Para isso nós temos que contribuir. E dessa forma nós vamos fazer.

Reforma do Código Florestal. Nós também estamos discutindo aqui na Casa. Vamos fazê-lo com muita consciência, uma consciência ambiental, uma consciência de que nós precisamos produzir alimentos, nós precisamos ir de encontro à política da nossa Presidenta Dilma de erradicar a extrema pobreza no Brasil. Para isso nós precisamos aumentar a produção de alimentos com uma consciência ambiental de produzir conservando. Essa é a nossa política e é assim que nós vamos tratar do assunto aqui na Comissão de



Agricultura, pensando no povo brasileiro que precisa se alimentar e precisa cuidar do meio ambiente.

Reforma Tributária. Foi muito colocado aqui hoje a quantidade de imposto que incide sobre o nosso produto agrícola, ou seja, sobre os nossos alimentos. É um tema que também está na Casa, que nós vamos continuar debatendo. Vamos aprofundar, cada vez mais, nesse tema que é de vital importância para o futuro do nosso País.

Quero agradecer a presença das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. aqui conosco, que acompanham a nossa audiência — a audiência pública, em forma de debate, do Ciclo de Debates, não é isso, Dr. Marcelo?

Agradeço a equipe da TV Senado, da Rádio Senado e das redes sociais que nos dão total cobertura e fazem desta audiência o sucesso que é para o nosso produtor rural. Esse assunto relativo ao leite está apenas começando. Vamos continuar debatendo até que possamos dar uma resposta positiva ao nosso produtor rural.

Agradeço à população do Estado de Rondônia que nos acompanhou e nos acompanha nesta tarde de hoje.

Na semana que vem, dia 3, nós estaremos aqui debatendo diretamente a reforma do Código Florestal. É um tema importante que nós precisamos debater e discutir.

Queremos fazê-lo com você que está nos assistindo e que vai participar conosco na próxima sexta-feira.

Muito obrigado a todos.

Não tendo mais nenhum assunto a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Até a próxima, se Deus quiser.

*(Levanta-se a reunião às 17 horas e 34 minutos.)*